



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**IGREJAS INCLUSIVAS DO DF E FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA:
INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS DIREITOS LGBT'S NA POLÍTICA BRASILEIRA**

Autor: Lucas Vieira Goldschmidt

Orientadora: Tânia Mara Campos de Almeida

BRASÍLIA

2017

LUCAS VIEIRA GOLDSCHMIDT

**IGREJAS INCLUSIVAS DO DF E FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA:
INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS DIREITOS LGBT'S NA POLÍTICA BRASILEIRA**

Monografia de graduação
apresentada como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Tânia Mara Campos de Almeida

Banca Examinadora:

Tânia Mara Campos de Almeida

(Orientadora – Departamento de Sociologia/ Universidade de Brasília)

Fredson Oliveira Carneiro

(Doutorando da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

BRASÍLIA

2017

Sumário

Agradecimentos.....	3
Lista de Abreviaturas.....	5
Lista de Partidos Políticos.....	7
Introdução.....	8
Capítulo 1: Conhecendo o campo: entre guetos e mercados.....	16
1.1. Primeiros passos.....	17
1.2. Gênese do movimento inclusivo em Brasília.....	21
1.3. Uma metodologia de descobrimento dos guetos.....	25
Capítulo 2: Argumentos religiosos em um Estado laico: a “bancada evangélica” contra os direitos dos/as LGBTs.....	30
2.1. O pentecostalismo no Brasil.....	31
2.2. O ingresso (ou regresso?) da doutrina cristã na política brasileira.....	34
2.3. Compreendendo os argumentos cristãos históricos contra os/as LGBT’s: o heterossexismo de Estado.....	40
2.4. Argumentos cristãos no Congresso e na realidade brasileira contra os direitos LGBT’s.....	44
Capítulo 3: O lugar das igrejas inclusivas do DF no conflito político/teológico brasileiro.....	54
3.1. Argumentos inclusivos que “libertam” os/as LGBT’s da condenação divina.....	56
3.2. As posições das igrejas inclusivas do DF quanto às polêmicas político-religiosas atuais.....	62
3.3. Elementos em comum entre os dois grupos estudados.....	71
Considerações Finais.....	73
Referências Bibliográficas.....	76
ANEXO I: Roteiro de Entrevista para Patrick Thiago Bomfim	
ANEXO II: Roteiro de entrevistas com pastores/as das igrejas inclusivas de Brasília	
ANEXO III: Carta Aberta das Igrejas Inclusivas destinada à OAB-DF	
ANEXO IV: Projeto de Decreto Legislativo nº 300/2017	

Agradecimentos

Ao meu pai, pela solidariedade, ajuda e paciência que tem tido comigo nas últimas semanas do meu trabalho, me dando apoio e mostrando-se preocupado e disposto a me ajudar em qualquer coisa que eu precisasse; e também pelo incentivo aos meus estudos durante toda a graduação.

À minha mãe, pelo carinho e a atenção prestados às minhas conquistas e por ter sempre incentivado meus estudos e minha formação acadêmica; e pela torcida e preocupação mesmo estando em outro país.

À minha orientadora Tânia Mara Campos de Almeida, pela dedicação e atenção exemplares conferidos à minha pesquisa, estando sempre presente, me tranquilizando e me fazendo acreditar que eu faria um bom trabalho.

Às/aos minhas/meus amigas/os; as/os quais não vou especificar para não correr o risco de esquecer alguém importante. Mas todas/os que acreditaram no meu potencial e me incentivaram, e fizeram eu me sentir capaz com gestos tão simples como demonstrar enormes interesses no tema da minha pesquisa e em presenciar a minha apresentação.

Aos pastores Alexandre Feitosa e Márcia Dias, da Comunidade Athos, que me receberam muito bem em sua Igreja e se mostraram solícitos a me ajudar em minha pesquisa.

Às pastoras Aline Leão e Paloma Sene, extremamente simpáticas e lindo casal, que me acolheram calorosamente, fornecendo dados interessantes que pude aproveitar neste trabalho.

Ao pastor Marvel Souza, pelo tempo dedicado a mim na nossa entrevista, situação em que foi muito gentil e aberto a responder a todas as minhas questões.

A Patrick Thiago Bomfim, pela simpatia e atenção; e principalmente por ter se disponibilizado e dedicado um pouco de seu tempo para uma conversa comigo, a qual foi extremamente importante para a compreensão de elementos relativos ao meu campo de estudo e que forneceu dados usados aqui.

Ao professor Eurico Gonzales Cursino do Santos, do departamento de Sociologia, com quem me reuni algumas vezes antes de definir com exatidão o meu objeto de pesquisa; e me sugeriu leituras interessantes que acabaram sendo proveitosas para este trabalho.

A Fredson Oliveira Carneiro, por ter se disponibilizado tão prontamente para participar de minha banca de apresentação desta monografia. E também, por ter me propiciado tantas informações, em seu livro, que ajudaram a enriquecer este estudo.

Ao casal Otávio e Renata, que lideram a igreja Coletivação, pela gentileza com que me receberam em sua casa e me fizeram sentir à vontade em seu culto, tão intimista.

A Osmar e José Carlos Aguilera, do grupo Diversidade Cristã, que se disponibilizaram amavelmente a me conceder informações sobre seu movimento e pelos convites que me enviaram, os quais, infelizmente, por falta de tempo, não tive oportunidade de aceitar.

Lista de Abreviaturas

Abraceh - Associação Brasileira de Apoio aos que Desejam Voluntariamente deixar a Homossexualidade

ALERJ - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CID – Código Internacional de Doenças

CJP - Comissão de Justiça e Paz

CMI - Conselho Mundial de Igrejas

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

HSH - Homens que fazem Sexo com Homens

ICM – Igreja da Comunidade Metropolitana

IPEG – Comunidade Cristã Incluídos Pela Graça

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Moses – Movimento pela Sexualidade Sadia

OAB-DF - Ordem dos Advogados do Brasil – Seção DF

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não-Governamental

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PL – Projeto de Lei

PLC – Projeto de Lei Complementar

PDL – Projeto de Decreto Legislativo

RCC – Renovação Católica Carismática

SBB – Sociedade Bíblica Brasileira

Lista de Partidos Políticos

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PR – Partido da República

PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSol – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

Introdução

Historicamente, é inevitável ignorar o antagonismo entre a tradição judaico-cristã e a aceitação da prática homoafetiva. A condenação desta última tem sido propagada através de milênios pela primeira, enraizando uma prática institucionalizada de homofobia em grande parte da sociedade ocidental (Borrillo, 2010; César, 2013; Carneiro, 2016), onde a tradição cristã é hegemônica. Isto se deve ao efeito moralizador da religião sobre os comportamentos, pensamentos e sentimentos dos indivíduos, principalmente nos que se relacionam ao tema da sexualidade e sua manutenção com fins de reprodução, remetendo a razões sócio-políticas da gênese e difusão do cristianismo pelo mundo ocidental (Souza, 2013).

No Brasil, a religião sempre desempenhou um papel fundamental na história política e social da nação, principalmente a Igreja Católica. A partir do momento mais recente de redemocratização no final dos anos 1980, com a abertura política após o regime ditatorial militar que perdurou mais de 20 anos no país, movimentos representativos da sociedade brasileira passaram a ter voz na cena política e isso convergiu com a emersão de diversas igrejas evangélicas por todo o país (Gomes, Natividade e Menezes, 2009). Líderes e personagens influentes destas igrejas tornaram-se atores político-partidários, formando a Frente Parlamentar Evangélica – FPE, popularmente conhecida como “Bancada Evangélica¹”, a qual estabeleceu-se no Congresso Nacional e a partir de então passou a influenciar decisões concernentes a leis de alcance nacional.

Naturalmente a grande maioria do ideário evangélico, não obstante às diversas vertentes existentes em solo nacional, corrobora ferrenhamente com a condenação da homossexualidade abordada no primeiro parágrafo. Assim, com a influência evangélica na formulação de leis, estes novos atores políticos passaram a pôr em prática suas crenças, principalmente no que tange a leis que tencionam atenuar os preconceitos e crimes direcionados a cidadãos/ãs LGBT’s² no Brasil. O que se observa é um histórico de

¹ Neste trabalho, o termo “bancada evangélica” será preterido em favor de *Frente Parlamentar Evangélica* ou apenas sua sigla FPE, visto que a utilização deste último é mais adequada, como será explicado no capítulo 1. Quando necessária sua citação, colocarei “bancada evangélica” entre aspas, por não se tratar de uma nomenclatura oficial.

² A sigla LGBT se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

atravancamento de projetos dessas leis, tonificando o antagonismo cristianismo fundamentalista/homossexualidade, agora na esfera político-social brasileira (Natividade e Lopes, 2009; Carneiro, 2016).

Contudo, iniciou-se um movimento de aparição de igrejas cristãs evangélicas, seguindo um modelo estadunidense intituladas “igrejas inclusivas”, as quais não condenam a prática homoafetiva e, mais do que isso, acolhem indivíduos LGBT’s que necessitam de apoio psicológico para enfrentar seus dilemas e/ou exercer sua fé em Cristo. Para legitimar seu discurso apoiador da homossexualidade sem deixar de ser pautado na palavra da Bíblia, estas igrejas valem-se de uma teologia chamada “teologia inclusiva”, a qual, segundo o Pastor Marcio Retamero, um dos maiores defensores e representantes desta teoria no Brasil, propõe uma metodologia de leitura “histórico-crítica” das escrituras, que consiste em interpretar e contextualizar tais textos considerando “o distanciamento temporal, o distanciamento contextual, o distanciamento cultural, o distanciamento linguístico e o distanciamento autoral” (Retamero, 2010 p. 28). Ainda que veementemente criticadas e rechaçadas pelas igrejas evangélicas mais fundamentalistas, estas igrejas inclusivas vêm angariando fieis através do país e crescendo em número de instituições a medida que ocorrem divergências e cisões entre elas, o que começa a formar um movimento heterogêneo onde cada uma modela sua própria identidade estabelecendo-se como instituição religiosa *de facto*, com seus próprios regimentos.

Enquanto recente fenômeno social, o surgimento destas igrejas inclusivas vem sendo estudado por diversos/as autores/as das áreas das ciências sociais e da psicologia social, entre eles/as o antropólogo Marcelo Natividade, profundamente ligado ao tema dos direitos LGBT’s e que realizou uma etnografia em uma importante igreja desta denominação no Rio de Janeiro, a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) e a Igreja Contemporânea, dissidente da primeira (2010). A importância da ICM se deve ao fato de ter sido uma das primeiras igrejas fundadas com o fim de acolher pessoas LGBT no mundo, pelas mãos do reverendo Troy Perry nos Estados Unidos no final da década de 1960. Ademais, não apenas limitada à instituição religiosa, esta Igreja também foi pensada como uma bandeira da luta pelos direitos humanos e está intimamente ligada aos movimentos sociais que exigem uma

melhor qualidade de vida assegurada institucionalmente pelo Estado mediante leis de proteção e desobstrução de direitos imprescindíveis para as minorias LGBT's.

Trazendo minha ênfase para a cidade de Brasília, centro dos três poderes estatais e consequentemente das decisões que regem a vida de milhões de cidadãos/ãs, não apenas das classes hegemônicas representadas por uma normatividade heterossexual (Borrillo, 2010); mas também de minorias subjugadas devido a uma condição sexual, como é o caso dos/as LGBT's. Inevitável pensar na capital sem remeter a movimentos sociais que buscam a justiça social e a inclusão de gênero, o que corrobora o interesse por mim manifestado neste trabalho em estudar o posicionamento das igrejas inclusivas do DF em relação às decisões que afetam os direitos dessas minorias. Na capital federal, o movimento inclusivo teve em seus primórdios justamente a participação da ICM, que foi uma das primeiras denominações inclusivas a se estabelecer na cidade. Esta originou-se como uma tentativa de diálogo entre religião e lutas por direitos igualitários na política, porém, não foi bem-sucedida, tendo encerrado suas atividades oito meses após sua inauguração.

A área de estudo que acolhe o campo das igrejas inclusivas não é muito vasta, e os trabalhos acadêmicos que encontrei centram-se basicamente sobre o vínculo religião/sexualidade, sendo raros os casos³ em que se buscou verificar a relação dessas novas denominações com a política. Além disso, não encontrei estudos que discorressem mais especificamente sobre a posição das mesmas quanto à FPE, considerando-se sua identificação também como igrejas evangélicas.

Também, é inevitável enxergar a ambiguidade existente no discurso inclusivo que deve ser pautado na Bíblia, máxima lei que rege o agir propagado por essas religiões, dada sua interpretação mais corrente que condena veementemente a prática homoafetiva. Atentando a esta ambiguidade, realizei um levantamento de dados e uma análise sobre a maneira como as igrejas inclusivas do Distrito Federal (DF) conciliam, ou não, seus discursos religiosos com seus posicionamentos em relação às decisões tomadas por atores políticos, especificamente os da “bancada evangélica”; verificando se existe concomitância e afinidade

³ Um dos exemplos de estudos que analisaram essa relação de igrejas inclusivas e movimentos políticos, foi a dissertação de mestrado de Eduardo Lima Rodrigues (2009), na área da Psicologia Social, e foi um dos referenciais na elaboração desta pesquisa.

entre esses dois grupos por serem ambos auto-intitulados evangélicos e por haver certa lealdade política entre pessoas adeptas às religiões evangélicas, conforme mostram estudos a respeito da movimentação eleitoral desse grupo (Mariano, 2011)

Para direcionar este trabalho, tomarei proveito dos questionamentos atuais sobre a real situação do Brasil como Estado Laico, ameaçada pela defesa de valores corporativistas de parlamentares evangélicos/as. É importante frisar que, nesta pesquisa, opero com o entendimento de que atualmente o Brasil é efetivamente um Estado Laico, considerando o artigo nº 19 da Constituição Federal de 1988 que dispõe que: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público” (Planalto). Contudo, é importante não ignorar o status histórico de privilégio concedido à Igreja Católica mesmo após a instituição da atual carta magna, vide o Acordo bilateral firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé em 2008, entre o papa Bento XVI e o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que coloca em xeque o cumprimento da prescrição constitucional mencionada. (Oro, 2011).

O meu campo de estudo foram as três igrejas evangélicas inclusivas existentes hoje no Distrito Federal: a Comunidade Athos, denominação inclusiva mais antiga da capital federal, localizada no Conic, edifício histórico da região central da cidade; a Cidade de Refúgio, sucursal brasiliense de uma denominação que possui outras sete igrejas distribuídas pelo Brasil, situada na Asa Sul; e a Comunidade Cristã Incluídos Pela Graça – IPEG, única das três que se encontra fora do Plano Piloto de Brasília, na Região Administrativa de Taguatinga. É importante ressaltar que durante meu trabalho de observação de campo e peregrinação em busca das igrejas cristãs do DF que não vissem a prática da homossexualidade como pecado, também tive contato com outras duas comunidades, que acabaram não sendo consideradas como pertinentes neste estudo, mesmo podendo suscitar questionamentos interessantes em outras ocasiões.

A primeira, denominada Coletivação, realiza seus encontros em uma casa na Região Administrativa de Ceilândia, perto da estação Guariroba do Metrô DF. Ali, na única reunião em que estive presente, fui muito bem recebido pelo casal formado por Otávio e Renata,

donos da casa e que presidem os cultos da igreja. Esta, por sua vez, ainda conta com poucos membros e está em processo de formação. Denomina-se “inclusiva” por aceitar a presença de qualquer pessoa que deseje estar ali e fazer parte das leituras bíblicas, sem preconceitos; contudo, em conversa com Otávio e alguns/mas participantes que estavam presentes naquele dia, notei que não há um posicionamento enquanto instituição a respeito da homoafetividade ou homossexualidade. Otávio, principal pastor, explicou que, como estudante de teologia, não encontrou brechas que justificassem o caráter não pecaminoso da homossexualidade. Em contrapartida, relatou que tal opinião não era um consenso entre os/as integrantes da igreja, o que foi confirmado por um rapaz que fazia parte de nossa conversa e afirmou acreditar que a prática não é pecado.

A segunda organização com que tive contato, mas não foi incluída no meu campo de pesquisa, não se categoriza efetivamente como uma igreja, o que justifica a minha decisão. A Diversidade Cristã é um grupo que visa a acolhida de cristãos/ãs LGBT’s que se reúnem no primeiro sábado de cada mês no Centro Cultural de Brasília, na Asa Norte. Além disso, prestam assistência litúrgica à missa católica apostólica romana, cada terceiro sábado do mês. A iniciativa partiu de padres jesuítas, que se sentiram respaldados pela posição tomada pelo Papa Francisco, que em 2013 afirmou não julgar a entrada de gays na Igreja Católica (Pimenta, 2017). Não cheguei a frequentar nenhuma reunião do grupo, mas conversei com seu assessor, José Carlos Aguilera, que se mostrou solícito e disposto a responder às minhas questões. Fui por ele informado que, apesar de haver sido fundado a partir de uma iniciativa católica e de agrupar majoritariamente indivíduos desta doutrina, o movimento também é formado por cristãos de outras denominações e até mesmo por ateus.

Então, a primeira igreja com que tive contato para a realização do trabalho de campo e das entrevistas foi a Comunidade Athos, que coincidentemente também é a denominação inclusiva mais antiga de Brasília em atividade atualmente. Segundo informações do site oficial da igreja⁴, esta teve sua primeira reunião realizada em 17 de dezembro de 2005, sob a condução dos pastores Ivaldo Gitirana e Márcia Dias. A pastora permanece até os dias atuais, exercendo o cargo de pastora presidente conforme fui informado em entrevista com Alexandre Feitosa, pastor auxiliar da igreja. Não tive oportunidade de conhecer o pastor

⁴Ver <http://igrejaathos.wixsite.com/athos2/quesomos>

Ivaldo, o qual não faz mais parte da congregação. Segundo Alexandre Feitosa, pastor e autor de diversos livros que tratam a respeito da Teologia Inclusiva, os fundamentos religiosos da Comunidade Athos estão pautados na Bíblia protestante, porém interpretados de maneira inclusiva valendo-se substancialmente do princípio bíblico de que “Deus não faz acepção de pessoas” (Atos 10.34). Apoiados/as nos versículos que asseveram esta premissa, os/as integrantes da comunidade acreditam que a diversidade humana (inclusive sexual) é parte da criação divina (Feitosa, 2016), um dos argumentos que retiraria os/as LGBT’s do estigma de pecadores/as.

A mesma convicção também foi mencionada pelas pastoras Aline Leão e Paloma Sene, que comandam a Cidade de Refúgio de Brasília. A denominação sede, Comunidade Cidade de Refúgio Sede Internacional, foi fundada na cidade de São Paulo em junho de 2011 pelo casal de pastoras Lanna Holder e Rosania Rocha Deus, segundo informações encontradas no site oficial da igreja⁵. A história mostrada no site também indica que as pastoras foram afastadas do exercício de seus ministérios pela “tradição, a religiosidade, o fundamentalismo”, o que leva a crer que foram excluídas da participação em igrejas convencionais como é comum entre fiéis que assumem suas identidades LGBT’s (César, 2013). Contudo, perseveraram no ideal de construir uma comunidade que aceitasse a fé dos indivíduos pertencentes a essa minoria; a qual obteve êxito rapidamente e proliferou-se pelo Brasil, abrindo filiais primeiramente em Londrina (PR), no ano de 2013; Campinas (SP); Praia Grande (SP); Araçatuba (SP); Fortaleza (CE); Natal (RN); e, finalmente, Brasília. A sucursal brasiliense foi fundada em 2011 pelas pastoras Aline Leão e Paloma Sene, entrevistadas conjuntamente neste trabalho.

Por fim, a última igreja inclusiva que conheci foi a Comunidade Cristã Incluídos Pela Graça – IPEG, localizada em Taguatinga e liderada pelo Pastor Marvel Souza. Na entrevista concedida a mim, o pastor explicou que, apesar de pregar a inclusão, a IPEG não necessariamente segue a linha da Teologia Inclusiva, diferentemente das duas anteriores. De acordo com o relatado na entrevista, a igreja é filiada à Convenção Metodista Americana⁶,

⁵Ver <http://cidadederefugio.com.br/sobre-a-igreja/>

⁶ A Igreja Metodista é uma denominação de cunho protestante, que surgiu nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX.

segundo um padrão de cultos e estruturação mais conforme a linha protestante seguida por esta instituição.

Além de ser a mais antiga em atividade atualmente, a Comunidade Athos também é a igreja que concentra maior quantidade de frequentadores/as, entre 100 e 120; em sua grande maioria LGBT's, de diferentes raças e condições sócio-econômicas e que visitam os cultos de maneira esporádica ou não, segundo o Pastor Alexandre Feitosa. O que pude perceber, durante minhas visitas, foi uma maior frequência de casais homoafetivos formados por homens, e só conheci uma integrante transexual. Na Cidade de Refúgio, as reuniões a que compareci concentravam menor quantidade de pessoas, entre 15 e 20, ao contrário daquelas que participei na Athos, geralmente com mais de 30. No entanto, o público me pareceu mais diversificado, com aproximadamente a mesma quantidade de homens e mulheres. Tanto nesta última quanto na Comunidade Incluídos Pela Graça, fui informado de que a totalidade dos membros era composta por LGBT's, podendo vir a receber visitas esporádicas de heterossexuais. Quanto a indicativos de condição sócio-econômica, raça e grau de escolaridade, não obtive informações. Apenas sobre a idade, tive a impressão dos frequentadores serem em sua maioria jovens e adultos, entre 20 e 50 anos.

Antes de apreender estes e outros aspectos de absoluta relevância para as questões levantadas neste estudo, tive de percorrer uma trajetória de investigação que foi marcada por alguns percalços, os quais serão narrados detalhadamente no primeiro capítulo. Nesse estágio inicial, indicarei como meu interesse foi direcionado para os assuntos mencionados; e a metodologia utilizada para a recolecção dos dados que serão utilizados ao longo do trabalho, principalmente para transpor os obstáculos que traspassaram esse meu trajeto. Ademais, farei uma apresentação dos contextos iniciais do estabelecimento do meu campo de estudo, as igrejas inclusivas, em Brasília. Estes elementos foram abstraídos de uma conversa que tive com um dos teóricos aqui referenciados, o psicólogo Patrick Thiago Bomfim, que me auxiliou na compreensão das dinâmicas do grupo analisado.

No segundo capítulo, apresentarei os argumentos empregados pelos/as cristãos/as tradicionais⁷, em específico os/as evangélicos/as oriundos/as das correntes pentecostal e

⁷ A exemplo de Raquel Moreira de Souza (2013), emprego o termo “cristãos tradicionais” me referindo aos membros de vertentes não inclusivas, uma vez que estas últimas advêm de um fenômeno recente ainda, em

neopentecostal, historicamente pautados na Bíblia para justificar a rejeição aos/às LGBT's. Focalizo estas vertentes e especialmente as igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus, considerando sua dimensão na política e na sociedade brasileiras, que tem aumentado desde o novo período de redemocratização. Descreverei como se deu a implantação desses movimentos no Brasil; buscando compreender seus meios de atuação e como estes são aplicados para angariar fiéis para o interior de suas igrejas e, com sua inserção no cenário político, eleitores/as para suas representações no Congresso. A partir disso, introduzo a discussão atual sobre o liame entre os campos político e religioso, o qual fundamenta o processo de obstrução de leis que visam assegurar direitos à população LGBT.

Finalmente, no terceiro capítulo, apresentarei as reinterpretações teológicas de textos bíblicos utilizadas pelas igrejas inclusivas, que as diferem das doutrinas convencionais do cristianismo a respeito da homossexualidade e da transgeneridade. Esta será a base para a compreensão dos pontos de vista dessas denominações sobre os mesmos temas abordados no capítulo anterior, contrapondo-os com a ótica dos/as parlamentares da FPE e analisando suas convergências ou divergências. No final do capítulo, retomarei alguns elementos pontuais da entrevista com Patrick Bomfim, a fim de sintetizar os comportamentos dos dois grupos comparados neste trabalho e explorar os últimos aspectos da correlação entre a religião cristã evangélica e as demandas sociais presentes na política do país.

comparação com a história do Cristianismo. Logo, dentro do proposto neste trabalho, inserem-se na nomenclatura utilizada, sobretudo, os/as evangélicos/as protestantes e pentecostais, de acordo com a composição da Frente Parlamentar Evangélica.

Capítulo 1: Conhecendo o campo: entre guetos e mercados

Preocupado com as diversas realidades sociopolíticas atuais no Brasil, aquela que mais tem me chamado a atenção nos últimos anos é o conflito entre o poder teológico-político, nos termos de Carneiro (2016), e os diversos setores da sociedade que lutam pela conquista de direitos negligenciados durante a construção histórica da nação, como os/as LGBT's. Portanto, sempre tive interesse em unificar os temas que, a meu ver, estão muito em voga atualmente: a influência que a religião cristã exerce no pensamento coletivo e seu papel dentro da política; e as lutas pelos direitos de minorias sexuais. Desta união, surgiu o meu questionamento sobre a intervenção do cristianismo na aceitação social dessas minorias. Buscando a melhor maneira de aproveitar uma temática tão rica e abrangente, restringindo-a a um objeto mais específico e concordante com o que há de mais efervescente nas discussões atuais, me pareceu pertinente discorrer justamente sobre a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), vulgo “bancada evangélica”, que suscita fortes antagonismos entre os dois grupos já mencionados.

Ainda com dificuldades em delimitar o direcionamento de minha pesquisa, descobri um campo até então novo para mim e, como pude perceber ao longo de minha investigação, para uma enorme parcela de pessoas do meu convívio e da sociedade no geral. Então, me dispus a conhecer melhor sobre as igrejas inclusivas, comunidades evangélicas que paradoxalmente admitem a possibilidade de a homossexualidade não ser pecado, ao contrário do conhecimento que se tem sobre o posicionamento do cristianismo a respeito. Para isso, tive de me aproximar daquelas que estavam mais próximas da minha realidade e que viabilizariam o presente estudo. Assim, parti para a identificação, mapeamento e descoberta das igrejas evangélicas inclusivas do Distrito Federal (DF).

Não poupando detalhes sobre meus percalços na delimitação do campo que propus investigar, apresento aqui o caminho que percorri para encontrar os/as interlocutores/as oportunos/as para a realização desta monografia, narrando minhas dificuldades e os métodos que utilizei para sobrepô-las. Além disso, exponho alguns elementos pertinentes, fornecidos por um de meus interlocutores, que me mostraram a origem do meu campo, me auxiliando a compreender suas dinâmicas e sua realidade.

1.1. Primeiros passos

Quando comecei a buscar referências que me auxiliassem a entender melhor sobre o campo, no início de 2017, os primeiros trabalhos com que me deparei foram os resultados etnográficos divulgados por Marcelo Natividade em seu artigo *Uma Homossexualidade Santificada? Etnografia de uma Comunidade Inclusiva Pentecostal* (2010) após uma intensa pesquisa de campo realizada nas igrejas Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) e Igreja Contemporânea, ambas do Rio de Janeiro; e a investigação realizada por Raquel Moreira de Souza em sua monografia de graduação, intitulada *A Salvação da Homossexualidade: Reflexões Sobre uma Comunidade Inclusiva Cristã* (2013), na qual a pesquisadora expôs dados coletados através de observação na Igreja Comunidade Athos de Brasília, se aproximando, assim, da localização do meu campo.

Através desses dois trabalhos, pude começar a entender os significados, motivações e formas de atuações dessas igrejas, além de terem sido porta de entrada para que eu pudesse encontrar ainda outros referenciais teóricos a respeito de sua teologia e compreender melhor a relação cristianismo/homossexualidade com seus aspectos sociais, políticos e históricos. Posteriormente, conheci a dissertação de mestrado de Eduardo Lima Rodrigues, *Igrejas Evangélicas Inclusivas das cidades de São Paulo e Guarulhos: um estudo psicopolítico das igrejas vistas por seus pastores* (2009), onde analisou o liame entre lideranças de diferentes igrejas inclusivas de São Paulo e os Movimentos Sociais⁸. Este último, ao se aproximar ainda mais ao direcionamento em que desejei conduzir meu trabalho, juntou-se aos outros dois como inspiração da análise que estava por ser elaborada aqui.

Trazendo minha ênfase para o Distrito Federal, comecei a investigar quais seriam todas as denominações evangélicas inclusivas que atuavam neste território no momento presente. Através de pesquisas na internet, do conhecimento adquirido nos trabalhos mencionados (principalmente o de Souza, 2013) e de informações prestadas por amigos/as e pessoas conhecidas, descobri, de início, duas congregações que se encaixavam no

⁸ Trabalho aqui com o entendimento de “movimentos sociais” que foi desenvolvido por Ilse Scherer-Warren (1989). Este se refere a grupos que se organizam visando uma transformação na sociedade, acabando com determinado tipo de opressão.

entendimento que eu possuía sobre igrejas inclusivas: a Comunidade Athos, localizada na região central de Brasília; e a Cidade de Refúgio, cuja primeira informação que obtive foi a de que estava situada na Região Administrativa de Taguatinga, e mais tarde verifiquei sua verdadeira localização, na Asa Sul, parte do Plano Piloto da Região Administrativa de Brasília.

No entanto, é absolutamente imprescindível que eu mencione a dificuldade de encerrar a delimitação do campo. O ainda baixo conhecimento da sociedade sobre a existência dessas comunidades; a falta e desatualização de informações, somadas com informações desencontradas e confundidas com outros territórios que não deviam ser abarcados pelo meu estudo, acabaram retardando a minha pesquisa.

Mas, antes de discorrer mais detalhadamente sobre esses obstáculos, me aterei brevemente ao conceito de *campo científico* para Bourdieu (1997), sobre o qual me baseio para justificar a integração das igrejas consideradas neste estudo, e a desconsideração de outras. Para o sociólogo francês, essa noção é determinada por um espaço relativamente autônomo, um microcosmo em que seus agentes são regidos por leis independentes prescritas por si mesmos dentro de correlações de forças e de poder entre eles. Ainda que não esteja imune às leis sociais gerais, o campo detém certa autonomia, manifestada por sua capacidade de *refratar*; isto é, de ressignificar as pressões ou demandas externas, adequando-as às suas próprias leis internas.

No tangente ao campo estudado aqui, o das igrejas evangélicas inclusivas, estou inferindo que essa refração é constatada na nova visão impressa aos dogmas cristãos, os quais são tomados como base para legitimar a não-condenação divina dos/as LGBT's. Portanto, as leis que foram convencionadas neste campo, dizem respeito substancialmente à inclusão de indivíduos dessa minoria. Isso explica o porquê do movimento Coletivação não ter sido incorporado neste estudo, uma vez que sua concepção de igreja inclusiva não está totalmente assim delimitada para seus/suas integrantes, nem de acordo com as leis autônomas desse campo científico e objeto de pesquisa que escolhi destrinchar. Pelo que notei na única visita que realizei a esta comunidade, seus membros a denominavam “inclusiva” pela flexibilidade com que aceitavam participantes em sua liturgia, independentemente de classe, raça, orientação sexual ou “tribo urbana”. Porém, como já foi mencionado na Introdução, não há

um consenso institucionalizado sobre homossexualidade, transgeneridade e travestilidade serem prescritas como pecado ou não.

É possível, sim, que haja diferenças na maneira como cada instituição maneja o princípio básico de aceitação dos/as LGBT's, afinal, Bourdieu explica que o campo pode ser heterônomo. Logo, é possível apreender divergências estruturais entre as duas primeiras igrejas que citei, Comunidade Athos e Cidade de Refúgio, de cunho pentecostal; e a Comunidade Cristã Incluídos Pela Graça, da vertente protestante histórica. Mas, reitero, todas seguem o princípio, que interpreto como *básico*, de que as palavras e os desígnios divinos presentes na Bíblia não condenam as pessoas LGBT's.

As duas primeiras igrejas citadas, Comunidade Athos e Cidade de Refúgio, foram relativamente fáceis de serem encontradas por já possuírem uma certa tradição em Brasília, devido a serem as comunidades mais antigas e com maior quantidade de adeptos. Ademais, ambas participam já há alguns anos das Paradas do Orgulho LGBTs de Brasília, o que lhes proporcionou uma certa visibilidade, ainda que esta não seja unânime entre o público LGBT's e a sociedade no geral, como pude constatar não apenas nas vezes em que relatei meu objeto de estudo a conhecidos/as, mas também a partir das próprias entrevistas que efetivei com os/as líderes de tais igrejas. Contudo, esse não foi o caso da Comunidade Incluídos Pela Graça, a qual demorei mais tempo para localizar.

Essa dificuldade na localização das congregações repousa em alguns elementos. Por enquanto, me deterei no fato das igrejas inclusivas constituírem um campo relativamente fluído, em que ocorrem descentendimentos e cisões em seu interior; ocasionando surgimento de novas denominações, além do fechamento de outras. Para exemplificar; mediante informações obtidas na pesquisa de Souza (2013), tomei conhecimento que o Pastor Alexandre Feitosa havia se desvinculado da Comunidade Athos e fundado uma nova denominação intitulada Comunidade Cristã Inclusiva Apascentar. Contudo, ao pesquisar na internet sobre a igreja, o que foi feito antes da efetivação das entrevistas aos/às pastores/as, encontrei unicamente informações desatualizadas, além da existência de uma Igreja Batista com o mesmo nome. Mais tarde, me deparei com o fato de que o Pastor Alexandre ainda fazia parte da Comunidade Athos, e em minhas conversas com ele, além da entrevista, em

momento algum ele mencionou a participação em outras denominações inclusivas, mesmo quando perguntado a respeito.

Além de trabalhos acadêmicos referentes a igrejas inclusivas e das recomendações de conhecidos/as meus/minhas que já haviam ouvido falar desses grupos e/ou até mesmo frequentado alguns, recorri também a notícias de internet, a fim de descobrir a maior quantidade possível de denominações inclusivas existentes no Distrito Federal. Durante esse percurso, encontrei uma matéria⁹ do site de notícias *G1*, em seção voltada para o DF, que me chamou atenção particularmente. A reportagem informava sobre esse novo movimento, de igrejas evangélicas voltadas para a aceitação de pessoas LGBT's excluídas de denominações convencionais, as quais não as aceitavam por causa de suas constituições sexuais¹⁰ (Luiz, 2016). Primeiramente, me chamou atenção por sua data de publicação; julho de 2016, o que considerei relativamente recente, principalmente em comparação a outras fontes de informações relativas às igrejas inclusivas que encontrei, mais defasadas. Ademais, o artigo continha uma informação que julguei valiosa naquele momento: indicava a existência de três denominações inclusivas no Distrito Federal. Até então, eu já havia descoberto e entrado em contato com duas, as já mencionadas Comunidade Athos e Cidade de Refúgio; e conhecido e desconsiderado a participação da Coletivação. Logo, deduzi que havia somente mais uma a ser descoberta. No entanto, a reportagem só fazia menção aos/as líderes daquelas que eu já conhecia. Portanto, cabia a mim continuar pesquisando para preencher essa lacuna, pois minha intenção era abordar todas as igrejas inclusivas do DF, uma vez que eram poucas, dispensando a adoção do método de amostragem e tornando a pesquisa mais completa.

Passado um tempo após a aquisição da informação retirada da matéria do *G1*, encontrei outra, desta vez publicada no site *Parou Tudo*, destinado ao público LGBT, que se destacou igualmente, apontando para a direção que eu necessitava. O texto¹¹ era de autoria de Patrick Thiago Bomfim e criticava ferozmente a aprovação do Projeto de Lei de número 717/2003, pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do

⁹Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/07/sob-criticas-igrejas-inclusivas-do-df-acolhem-lgbts-excluidos.html>

¹⁰ Conceito utilizado por Feitosa (2017), que abrange tanto a orientação sexual como a identidade de gênero. Será melhor explicado no capítulo 3.

¹¹ Disponível em: <http://paroutudo.com/colunas/avulsas/060403.htm>

Rio de Janeiro (ALERJ). O PL em questão, de autoria do deputado Édino Fonseca (PR/RJ, na época deputado estadual pelo PRONA), dispunha a criação de um programa de auxílio às pessoas que voluntariamente optassem pela mudança da homossexualidade, trazendo à baila mais uma de tantas tentativas de instituição da *cura gay*. No entanto, o que particularmente me chamou atenção no artigo foi a referência de seu autor: psicólogo, coordenador do Núcleo Ecumênico da ONG Harpazo - Movimento Cristão pela Diversidade e pastor da Missão ICM de Brasília. Imediatamente, lembrei-me dessa denominação inclusiva (ICM) que teve origem no Rio de Janeiro e foi analisada por Marcelo Natividade, e sobre a qual eu já havia lido que pretendia abrir uma unidade na capital federal. Além disso, lembrei-me também de que um dos trabalhos que me serviram de referencial sobre a relação religião/sexualidade, foi justamente a dissertação de mestrado em psicologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB) de Patrick Thiago Bomfim (*Discriminação e Preconceito: Identidade, Cotidiano e Religiosidade de Travestis e Transexuais*, 2009). Este, por sua vez, coincidentemente havia sido orientado por minha orientadora, professora Dra. Tânia Mara Campos de Almeida. Acreditando ter encontrado a terceira igreja inclusiva do DF, contatei a professora Tânia, solicitando sua mediação para uma conversa com Patrick, que prontamente disponibilizou-se.

Elaborei algumas questões (em anexo) a serem dirigidas a Bomfim, em formato de entrevista semiestruturada, que pudessem guiar nossa conversa. Contudo, o diálogo, que foi gravado, forneceu muitas outras informações pertinentes para além daquilo que eu havia planejado. No decorrer dessa ocasião, apesar da descoberta de que a Missão ICM não existia mais em Brasília, pude apreender, porém, importantes elementos sobre a chegada do movimento religioso inclusivo na capital federal do país.

1.2. Gênese do movimento inclusivo em Brasília

A entrevista com Patrick Thiago Bomfim foi profícua em termos de compreender como se iniciou o movimento de implantação das igrejas inclusivas no Distrito Federal, além de outros fatores que serão retratados ao longo desta análise. Patrick Bomfim relatou que em

meados dos anos 2000, fazia parte de uma ONG ecumênica cristã chamada Harpazo (Movimento Cristão Pela Diversidade). Conforme foi relatado, a ONG era composta por integrantes LGBT's de diversas vertentes, entre eles/as, católicos/as, evangélicos/as, e até mesmo umbandistas e candomblecistas. O foco da ONG era construir uma rede de apoio ecumênica a pessoas integrantes dessa minoria social.

Contudo, a heterogeneidade religiosa entre os membros da Harpazo passou a suscitar conflitos internos, dado que cada grupo buscava mais visibilidade para sua própria vertente. Essas cisões foram proveitosas para atores políticos que, segundo Patrick Bomfim, desapreciavam a existência da ONG, dado o viés também político da organização, em um contexto em que os conflitos entre poder teológico-político e movimentos sociais LGBT's começavam a se acirrar. Esses atores tomavam medidas a fim de boicotar a harmonia interna da organização; como por exemplo, chamar apenas integrantes de uma das subdivisões internas, que não dialogava com as outras, para eventos de interesse geral.

Um desses eventos para os quais a ONG foi convidada, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), realizado em Porto Alegre, contou com a presença de André Musskopf (amplamente referenciado neste trabalho), mas principalmente com membros das igrejas ICM do Rio de Janeiro, e Acalanto, de São Paulo. Até então, a teologia inclusiva ainda era incipiente no país. Patrick relata que naquele momento, o contexto político de discriminação estatal de LGBT's demandou a criação de uma sucursal da ICM, denominação altamente engajada na luta pelos direitos dessa comunidade, em Brasília. Patrick, por sua vez, que já detinha um amplo histórico religioso, tendo sido o primeiro protestante de sua família, predominantemente católica e ligada a religiões de matriz africana, foi designado para liderar a célula da ICM – denominada Missão Peniel, no Distrito Federal, em 2006.

Na época, o pioneirismo dessa iniciativa, que se deu praticamente em paralelo com a fundação da Comunidade Athos, gerou polêmica na sociedade brasileira, sobretudo entre os setores evangélicos tradicionais. Patrick descreveu a agitação do período, decorrente da visibilidade na mídia conferida à inauguração de uma igreja para LGBT'S. Nos informou (a mim e à professora Tânia Mara, presente na conversa) que recebia e-mails agressivos de evangélicos/as conservadores/as, era reconhecido nas ruas, saiu em revistas e concedeu entrevistas. Ademais, narrou suas experiências evangelizadoras, as quais qualificou como

“impactantes” e “inesquecíveis”, comumente realizadas na porta da atualmente extinta boate LGBT *Garagem*, no DF. Uma de suas experiências que chama atenção, foi a de um rapaz que, diante da surpresa ao ouvir que “ser LGBT é dom de Deus” (Patrick Bomfim), teve uma crise de riso. Não como forma de zombaria, mas de externalização natural de seu estranhamento. O rapaz, nos contou Patrick, vinha de uma família evangélica, com largo histórico de negação de sua homossexualidade.

Entretanto, a Missão ICM de Brasília só teria durado oito meses, devido justamente ao aspecto ecumênico que tencionava imprimir, o qual não condizia com o fundamentalismo e proselitismo de seus membros. Estes/as não se adaptaram à proposta da igreja, que foi se tornando cada vez mais direcionada unicamente à linha evangélica. Patrick Bomfim, por sua vez, descontente com esses rumos tomados por sua igreja, não tinha autoridade para tomar maiores decisões estruturais, como defender a participação de umbandistas e candomblecistas na congregação, uma vez que estava submetido às instâncias mais altas da ICM. Assim, quando se desvinculou da organização, esta não conseguiu se sustentar sem sua liderança e encerrou suas atividades na capital.

Mais tarde, Patrick participaria da fundação, de maneira independente, do Ministério Nação Ágape, que não tinha pretensão de ser uma igreja. Sua finalidade era propiciar acolhimento e diálogo a jovens LGBT's protestantes e evangélicos/as, visando mediar suas relações com suas igrejas de origem, mostrando que é possível ser cristão e LGBT. Patrick Bomfim afirmou que sempre soube que seria algo temporário; e que, alguns anos após sua saída, o grupo encerrou suas atividades.

Me parece interessante ressaltar alguns elementos que apareceram ao longo dessa conversa, para dar continuidade à proposta deste capítulo. O primeiro que quero evidenciar, é quanto ao relato de que, à época que a Missão ICM adquiriu maior visibilidade, os/as evangélicos/as considerados “tradicionais” se sentiram ameaçados pelas novas denominações que estavam se inserindo no campo religioso brasileiro, como a ICM e também a Comunidade Athos. O psicólogo conta que, temendo a possibilidade de perder fiéis para as novas igrejas, alguns/mas pastores/as das igrejas ditas tradicionais passaram a relativizar seus discursos, sendo menos incisivos/as na condenação à homossexualidade. Contudo, ao perceberem que se tratava de um nicho diferenciado, que não oferecia

perspectivas de competição, enrijeceram novamente seus discursos condenatórios, tendo constatado que politicamente era mais pertinente manter sua “homofobia religiosa” e com isso seus/suas fiéis e seu domínio nesse campo. Bomfim descreveu, inclusive, que a Missão ICM sofreu com boatos lançados à época por estes atores, de que em seus cultos haveria coisas demoníacas na igreja, possessões, adoração de imagens, etc. Em suma, houve uma completa demonização da comunidade.

Outro elemento que gostaria de apontar igualmente, dentre as falas de Bomfim, é a afirmação de que, naquela então, primeira década dos anos 2000, os/as LGBT’s eram muito mais relegados/as a *guetos* do que na atualidade. Bomfim se refere às casas noturnas, bares e ambientes no geral voltados para esse público, únicos locais em que essas pessoas sentem-se confortáveis para afirmar suas identidades, exteriorizando suas verdadeiras formas de ser. Musskopf (2013), citando Clark (1993), examina a crítica deste autor à *teologia da libertação gay*¹², por supostamente ignorar a *guetização* dos/as LGBT’s pós Revoltas de Stonewall¹³, continuando a serem oprimidos/as e marginalizados/as na sociedade.

Recorro novamente a Bourdieu (2007) para justificar ambas afirmações de Patrick Bomfim, voltando minha ótica agora para um outro tipo de campo, retomando o conceito já explicado anteriormente, desta vez mais específico: o campo religioso. Examinando a dinâmica deste setor, o sociólogo apresenta os conflitos e lutas de poder entre grupos ao interior do campo, representados no contraste entre dominantes e os dominados. Os primeiros assumem essa posição por deterem maior quantidade do capital inerente à estruturação do campo, que, neste caso, segundo o autor, trata-se dos bens simbólicos oferecidos pelas religiões.

Contrapondo as igrejas evangélicas tradicionais e as inclusivas dentro de um campo religioso cristão brasileiro, assumo que as denominações tradicionais são as dominantes, por englobarem maior quantidade de adeptos, deterem o discurso hegemônico e canônico de suas religiões, bem como por exercerem maior influência no Estado, como será visto no próximo

¹² Teologia que surgiu junto com outros movimentos de combate a opressões de minorias entre as décadas de 50 e 70, como mulheres, negros e LGBT’s (Musskopf, 2013). A partir desse momento, paralelamente com esses movimentos sociais, apareceram também teologias progressistas visando contemplar tais grupos, unificando a salvação divina e os contextos da realidade atual. Isso será melhor abordado no Capítulo 3.

¹³ Conjunto de manifestações organizadas por LGBT’s em Nova York no final dos anos 60, que impulsionou as lutas LGBT’s por direitos. Também serão melhor explicadas no capítulo 3.

capítulo. Uma característica específica do grupo dominante é a tentativa de anulação do grupo dominado, o qual surge com novos dogmas (às vezes, considerados heréticos) que vão de encontro àqueles que são fervorosamente apregoados pelo primeiro. Esta anulação é praticada através de uma estratégia de inferiorização do grupo dominado, relegando-o ao âmbito do profano:

Toda prática ou crença dominada está fadada a aparecer como profanadora na medida em que, por sua própria existência e na ausência de qualquer intenção de profanação, constitui uma contestação objetiva do monopólio da gestão do sagrado e, portanto, da legitimidade dos detentores deste monopólio (Bourdieu, 2007, p. 45).

No contexto apresentado por Patrick Thiago Bomfim e também pelos/as demais pastores/as¹⁴ que entrevistei neste estudo, as reações violentas de agentes evangélicos/as dos setores mais tradicionais parecem se encaixar adequadamente na proposição bourdieusiana. As igrejas tradicionais, mais antigas e dominantes nesse campo, tencionam a todo custo impedir a legitimidade das mais recentes. Tanto as Pastorais da Cidade de Refúgio quanto o dirigente da IPEG me relataram ataques e ameaças que lhes são infligidos por pessoas (inclusive religiosas) que não aceitam sua existência. Desse modo, às igrejas inclusivas lhes cabe inserir-se nesse mercado onde são vendidos bens simbólicos, como é o caso da salvação para evangélicos/as e, mais especificamente, a salvação dos/as LGBT's para evangélicos/as de vertentes inclusivas; ou então, permanecerem reclusas nos guetos a que as minorias têm sido obrigadas a permanecerem pela sociedade heterossexista. Isso parece ser outro fato que explica a minha dificuldade em encontrar todas as igrejas a serem incluídas no meu campo de estudo.

1.3. Uma metodologia de descobrimento dos guetos

Como mostrado, escolhi o método de entrevistas semiestruturadas para entender melhor o paradoxo das igrejas inclusivas, por seguirem uma teologia com ideias que vão de encontro ao que é defendido pela ampla maioria das igrejas evangélicas brasileiras, o que

¹⁴ Na mesma reportagem do G1 que mencionei anteriormente, tanto o Pastor Alexandre Feitosa quanto as pastoras Aline Leão e Paloma Sene da Cidade de Refúgio relataram receber comentários ofensivos nas redes sociais, que seriam deletados e ignorados.

acarreta sua deslegitimação perante esse setor. Assim, me propus verificar se os/as fiéis das igrejas inclusivas se sentem representados politicamente por uma “bancada” que defende preceitos de sua religião, mas impossibilitando seus direitos enquanto LGBT’s.

Porém, antes de efetivar as entrevistas, realizei visitas aos cultos das igrejas, valendo-me do método de observação participante. Visando conhecer seus discursos e suas formas de atuação, comecei também a estabelecer contato com os pastores, explicitando desde o início minhas intenções restritamente como pesquisador. Sempre fui muito bem acolhido, tanto na Athos quanto na Cidade de Refúgio, e os/as pastores/as sempre demonstraram interesse no tema da minha pesquisa, considerando-o pertinente no contexto atual. Contudo, não posso negar que, por vezes, me senti ligeiramente desconfortável ao perceber certa insistência na minha presença nos cultos enquanto fiel, o que não era minha intenção. Lamentavelmente, não consegui assistir a nenhum culto da IPEG, visto que foi a última igreja a ser identificada para a pesquisa, em um momento em que dispunha de tempo somente para a realização da entrevista com o Pastor Marvel. Portanto, meus pareceres sobre os cultos, o ambiente e as conversas informais com as lideranças religiosas, anotados no diário de campo, são referentes unicamente às comunidades religiosas Athos e Cidade de Refúgio.

A Comunidade Athos fica localizada em um grande salão no subsolo de um dos edifícios que compõem o Setor de Diversões Sul, conhecido como Conic. Além do salão, também existem outros pequenos cômodos, destinados às salas de reuniões, cozinha e livreria, esta última com livros da teologia inclusiva, em sua maioria escritos pelo Pastor Alexandre Feitosa. Os cultos são ali empreendidos duas vezes durante a semana, às quartas feiras e domingos. Em minha entrevista com o pastor, realizada em um domingo, tivemos de mudar de local duas vezes, devido aos preparativos para o culto que teria lugar um pouco mais tarde e que estavam sendo montados naquele momento. Mas isso não foi incômodo para mim, e, aparentemente, também não o foi para Feitosa. Nossa conversa durou em média 50 minutos, tendo sido a mais curta das três, porém, não menos proveitosa.

Na Cidade de Refúgio, também fui bem acolhido durante minhas visitas às liturgias, o que não foi diferente no momento da entrevista. O ambiente físico da Cidade de Refúgio, situada no andar superior de uma comercial da Asa Sul de Brasília, é um salão muito agradável, apesar de menor que o da Athos; e também possui cozinha, onde são vendidos

salgados após os cultos, os quais têm lugar nas terças e quintas e também aos domingos. Além do salão, que é ligado à cozinha, também existe uma outra sala, que parece ser usada como escritório pelas pastoras. Foi ali onde ocorreu a entrevista, empreendida com as duas pastoras em conjunto, Aline Leão e Paloma Sene. Talvez pelo fato de serem duas interlocutoras simultaneamente, a entrevista durou mais do que com o Pastor Alexandre, totalizando pouco mais de uma hora.

No entanto, a duração da entrevista com as líderes da Cidade de Refúgio foi muito semelhante à observada na conversa com o Pastor Marvel, da IPEG. Possivelmente, isso seja explicado pela linha diferente seguida por sua igreja, o que desencadeou elementos totalmente novos comparados com as denominações anteriores. Todas as entrevistas foram efetuadas no local determinado pelos/as entrevistados/as, isto é, nas próprias igrejas, e com o Pastor Marvel Souza não foi diferente. A IPEG está situada em uma casa, em uma rua da região norte da Região Administrativa de Taguatinga, relativamente próxima à conhecida e central Praça do Relógio. Confesso que tive dificuldades em achá-la, tendo passado em frente, mas não reconhecido. Isso corrobora minha percepção da dificuldade em descobrir a própria existência desta comunidade, o que será melhor detalhado em breve. Mas, em síntese, pude conhecer o ambiente da igreja, que é uma casa de tamanho médio, e o local onde ocorrem os cultos é uma sala desta residência, menor que a da Cidade de Refúgio.

Considero minhas entrevistas como sendo semiestruturadas focalizadas. Semiestruturadas, pois preferi não me ater *ipsis litteris* ao conteúdo do roteiro de entrevistas que elaborei, dando certa margem de liberdade aos/às pastores/as, possibilitando a apreensão de elementos que pudessem ser pertinentes à minha pesquisa e que não necessariamente estivessem dentro do estipulado pelo roteiro. Isso se mostrou uma escolha acertada, sendo que a maleabilidade com que conduzi as entrevistas permitiu a meus/minhas interlocutores/as que mencionassem, livremente, assuntos que não estavam previstos no roteiro e que se mostraram essenciais no momento de comparar, de maneira dialética, os pensamentos dos atores da Frente Parlamentar Evangélica; como, por exemplo, o projeto de *cura gay*. Focalizadas, pois precisei dar um direcionamento às entrevistas para que a totalidade das lideranças de igrejas inclusivas do DF convergissem com a minha proposta de compreender

sua relação com os/as parlamentares evangélicos/as e seu posicionamento diante das leis divinas e humanas.

Contudo, como mencionei no início deste capítulo, o objetivo de encontrar a totalidade das igrejas inclusivas do Distrito Federal demonstrou não ser fácil de ser atingido. Mesmo imaginando que não seriam muitas, até porque, do contrário, eu teria trabalhado com amostragem, o campo foi apontando obstáculos como sua própria fluidez, constituída por uma falta ou desatualização de informações a respeito, ou a efemeridade da existência de algumas igrejas; elementos corroborados na esclarecedora entrevista com Patrick Bomfim. Mas, além disso, a mesma entrevista também me apontou outro elemento que estava dificultando a localização das igrejas: o grupo estudado é marginalizado, oprimido, ameaçado. Ou então, talvez por outros motivos, simplesmente prefere permanecer longe de holofotes. Esse pareceu ser o caso do meu terceiro interlocutor, líder daquela que faltava para cumprir a quota conhecida de três denominações inclusivas do DF: a Comunidade Cristã Incluídos Pela Graça (IPEG).

A amostragem não probabilística em “bola de neve”, segundo Juliana Vinuto (2014), tem como maior diferencial sua utilidade para encontrar grupos de difícil acesso ou localização, como foi o caso da IPEG. Seu meio de funcionamento se constrói a partir de locutores/as que atuam como informantes, aqueles/as que auxiliarão a encontrar os grupos de interesse. Denominados/as *sementes*, esses/as informantes indicarão contatos úteis que possam contribuir para os interesses do/a pesquisador/a, os quais, por sua vez, podem indicar outros/as, até se esgotarem as possibilidades. No meu caso particular, infiro que minhas sementes foram as primeiras referências que tive sobre o tema das igrejas inclusivas: minha orientadora, os/as autores/as dos trabalhos acadêmicos que li sobre tais comunidades; e as primeiras igrejas com que tive contato. Assim, já ciente do uso de entrevistas para a pesquisa, fui orientado a incluir entre as questões do meu roteiro, o conhecimento de outras igrejas inclusivas no DF. E foi assim, já na primeira entrevista, que se deu com o Pastor Alexandre Feitosa, da Comunidade Athos, que tomei conhecimento da IPEG.

No meu caso, a amostragem em “bola de neve” se mostrou absolutamente benéfica. Vinuto (2007) elenca tanto suas virtudes, quanto seus defeitos. Mas, precisamente no primeiro caso, a técnica pareceu se adequar à seguinte explicação da autora:

Segundo Bernard (2005), esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas (Hard-to-find or hard-to-study populations) ou que não há precisão sobre sua quantidade. Essas dificuldades são encontradas nos mais variados tipos de população, mas em especial nos três tipos que seguem: as que contêm poucos membros e que estão espalhados por uma grande área; os estigmatizados e reclusos; e os membros de um grupo de elite que não se preocupam com a necessidade de dados do pesquisador.

Enquanto fenômeno relativamente recente, as igrejas inclusivas ainda possuem poucas denominações e membros, contabilizando apenas três, espalhadas por todo o território do Distrito Federal. Em adição, fazem parte de uma população estigmatizada: LGBT's e evangélicos/as, cujo paradoxo suscita rejeição no meio de um grupo dominante na atual sociedade brasileira, o das igrejas evangélicas, principalmente pentecostais. Reclusos/as também, como no caso da IPEG. Não posso afirmar que esta congregação tenciona propositalmente estar afastada dos olhares da sociedade; mas isto é um fato, afinal, até quando realizei minha única visita ao local, apenas para realização da entrevista com o Pastor Marvel Souza, tive dificuldade em visualizar o discreto local em que esta se encontra. Mas, posso constatar sua adequação à característica transcendente do ascetismo de Max Weber (2004), voltada para a salvação em outro plano. Esta é típica da vertente protestante histórica, à qual a IPEG pertence, como fui informado pelo Pastor Marvel.

Entre as limitações desse tipo de amostragem citadas por Vinuto (2007) e por Dewes (2013), encontram-se a possibilidade de incorrer em enviesamentos amostrais, dado que, justamente por se tratar de uma população rara e de difícil acesso, seus informantes seriam da mesma rede de contatos, o que poderia ocasionar uma homogeneidade não pretendida dos resultados. Não creio que isto tenha ocorrido aqui, uma vez que a IPEG, como já foi dito, pertence a uma vertente diferente das duas primeiras igrejas que encontrei. Inclusive, a comunidade se mantém isolada das outras duas, geralmente não participando dos mesmos eventos; e também seguindo formas de atuação distintas, o que será abordado com maior profundidade no terceiro capítulo. Finalmente, as três igrejas inclusivas do DF não fizeram parte exatamente de uma amostra em virtude de seu modesto número, o que me permitiu, felizmente, englobá-las em sua totalidade.

Capítulo 2: Argumentos religiosos em um Estado laico: a “bancada evangélica” contra os direitos dos LGBTs

A secularização do Estado, a redemocratização do Brasil e seu decorrente reconhecimento como Estado Laico pela Constituição de 1988 permitiram o pluralismo religioso no país, ao garantir proteção às liberdades individuais de escolher e manifestar as próprias crenças (Mariano, 2003). A partir disso, desmantelou-se o monopólio da Igreja Católica, principalmente com o crescimento vertiginoso de uma nova vertente do Cristianismo: o movimento pentecostal. Este será abordado com maior ênfase em virtude do surpreendente grau de influência adquirido por suas igrejas na sociedade e principalmente na política brasileira. Em especial, as igrejas Assembleia de Deus e Universal do Reino de Deus, que além de serem as denominações pentecostais com maior visibilidade na mídia, também são as que se posicionam com mais fervor na tomada de decisões das leis nacionais. A dimensão destas se explica pelo fato da primeira ser a maior em número de adeptos, e a segunda, maior em quantidade de arrecadação financeira (Mariano, 2008).

Compreendidos o modo de atuação, as motivações, as ambições e particularmente a dimensão do lugar das igrejas evangélicas que passaram a compor o Congresso após a redemocratização, apontarei estes elementos em direção às questões dos Direitos Humanos LGBT's. Historicamente condenados/as pelo dogma cristão que lhes imputa máculas como aberrações, doentes, antinaturais, entre outras coisas que foram respaldadas pelos governos das sociedades ocidentais, os indivíduos componentes da sigla LGBT's agora se mobilizam para ter, na prática, seus direitos cidadãos garantidos pelo Estado.

Considerando esse quadro, explorarei como os pentecostais presentes na atual política nacional interpretam normativas religiosas estipuladas em sociedades tão distantes geográfica e temporalmente da nossa, utilizando-as como justificativa para lutar contra os direitos demandados pelo grupo anterior. Mostrarei, a partir disso, numerosas ocasiões em que esses entendimentos ditos fundamentalistas foram aplicados na legislação, obstruindo projetos de lei de suma importância para os/as LGBT's.

2.1. O pentecostalismo no Brasil

Nascido nos Estados Unidos, o pentecostalismo ofereceu uma nova alternativa de profissão da fé aos/às seguidores/às da doutrina cristã, séculos após a Reforma Protestante. Tendo suas origens no início do século XX, o movimento derivou do metodismo de Wesley, fundado no século XVIII; e do movimento *holiness*, do fim do século XIX e início do XX; segundo Fredson Oliveira Carneiro (2016) e Mariana Reinisch Picolotto (2016). Carneiro explicita entre suas principais divergências em relação ao protestantismo, seu caráter contemporâneo; isto é, a crença em que os dons advindos do Espírito Santo na narrativa bíblica do Pentecostes (daí deriva-se a origem do nome do movimento) ainda podem se manifestar na atualidade, contrastando com a convicção de alguns grupos protestantes que acreditam que estes ficaram restritos aos discípulos de Jesus Cristo nos primórdios da religião cristã. Entre outros dons citados pelo autor, encontram-se a glossolalia (dom de falar outras línguas desconhecidas), a cura de enfermidades e o poder de expulsar demônios. Ademais, essa nova vertente também se caracteriza pela convicção no retorno do Messias a Terra e na conformação dos fiéis ao ascetismo intramundano, nos termos de Max Weber (2004).

No Brasil, a história do movimento pode ser dividida em três ondas, conforme proposição do sociólogo Paul Freston (1993). A primeira destas originou-se no início do século com a chegada ao país da Congregação Cristã em 1910 e a Assembleia de Deus, fundada por missionários suecos na cidade de Belém do Pará e que mais tarde se tornaria a maior representante desta fase. Decorrente de divergências e fragmentações entre as igrejas da primeira onda, a segunda teve origem entre as décadas 1950 e 1960. Até então, as duas primeiras denominações pentecostais haviam dominado praticamente sozinhas o espaço evangélico nacional. Nesse momento, as maiores expoentes que aparecem são as igrejas do Evangelho Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962) (Freston, 1993). Finalmente, a terceira fase da implantação do pentecostalismo no Brasil iniciou-se na década de 1970 e difundiu-se aceleradamente, principalmente com o crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus durante a década de 80. Esta onda, denominada neopentecostalismo, iniciou a propagação da chamada Teologia da Prosperidade e tem tido

enorme influência no cenário político brasileiro, o qual abordarei posteriormente neste capítulo.

Os pastores suecos Gunnar Vigren e Daniel Bergs haviam chegado ao Brasil em missão pela Igreja Batista com o objetivo de evangelizar o país. Contudo, foram expulsos da denominação estadunidense devido a conflitos com os dirigentes no país norte-americano a respeito do modelo de culto aqui adotado (Carneiro 2016). Antes de adquirirem o nome atual, os pastores fundaram junto com seus/suas seguidores/as a Missão Fé Apostólica, em 1911. Sete anos mais tarde, esta se tornaria Assembleia de Deus.

À medida que foi crescendo e se expandindo pelo Brasil, a Assembleia de Deus instituiu um modelo de gestão administrativa congregacional descentralizado, onde os pastores locais detêm certa autonomia em relação aos fundadores e às lideranças de filiais de outras regiões (Carneiro, 2016). Esse estilo pode ser uma das explicações da grande difusão dessa denominação por todo o Brasil, ao ponto de se tornar a maior igreja evangélica do país com inúmeras vertentes, que por vezes divergem entre si, e concentrando no ano de 2000 quase a metade dos pentecostais brasileiros (Mariano, 2008; Carneiro, 2016). Distinto do modelo episcopal adotado pelo catolicismo e por algumas igrejas evangélicas, esse modelo descentralizado e democrático de governo confere maior controle moral sobre os fiéis, segundo Carneiro. Contudo, Ricardo Mariano (2008) pontua que, ainda assim, algumas autoridades assembleianas atuam como “bispos e pequenos papas” (Willems, 1967, apud Mariano, 2008 p. 74) e visam centralizar o poder de sucursais com menor influência sob suas jurisdições. É o caso de congregações locais paulistas que se encontram vinculadas ao Ministério de Belém, presidido pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa, o qual controla toda a renda destas.

É importante também destacar a organização da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada por Edir Macedo em 1977, que é uma das igrejas que mais cresceu no país em quantidade de fiéis e rendimentos financeiros. Esta adquiriu influência até mesmo a nível internacional, perpassando a política e a mídia brasileiras e ajudando a implantar um novo modelo de pentecostalismo. Diferentemente do modelo organizacional da Assembleia de Deus, a IURD ordena-se mediante o sistema episcopal similar ao da Igreja Católica, de modo

vertical, administrativa e financeiramente centrado na figura do fundador e nos demais líderes religiosos (Mariano, 2008; Carneiro, 2016).

Esse método de administração verticalizada facilitou a gestão em moldes empresariais adotada por diversas igrejas neopentecostais a partir da década de 1980 e até os dias atuais; sendo a IURD a mais representativa no que tange ao sucesso desse modelo (Mariano, 2003; 2008). Como um dos elementos que caracteriza a mais recente onda do pentecostalismo brasileiro, pode-se deduzir que a nova visão das igrejas como empresas dispostas a obterem lucro advém primeiramente de uma adequação à ascese intramundana ainda maior que a de igrejas pentecostais das ondas precedentes; onde, como explica Max Weber, busca-se a obtenção de êxito financeiro como glorificação de Deus através do trabalho. Assim como outras igrejas neopentecostais, a IURD imerge no mundo, incentivando os fiéis a alcançarem o êxito e a felicidade neste plano, baseando-se na chamada Teologia da Prosperidade (Carneiro, 2016).

Essa nova teologia, segundo Carneiro, alterou “profundamente as práticas rituais, as relações sociais e a própria visão de mundo dos seus integrantes” (p. 93). Isto se deve ao abandono da ideia de que o evangélico deveria se afastar completamente do mundo, no entanto sem que isso significasse negligenciar os mandamentos bíblicos que devem continuar sendo seguidos fielmente. Tal instrução será um indicativo para viabilizar a compreensão do ingresso de indivíduos pertencentes a essas congregações na política brasileira.

Com isso, é possível atestar que a Teologia da Prosperidade confere legitimidade às práticas de obtenção de lucro mediante às atividades religiosas de igrejas como a Universal e a Deus é Amor, isentando-as de quaisquer problemas éticos ou religiosos (Mariano, 2003). Assim, com a pluralidade religiosa e direitos garantidos na reabertura política pós ditadura militar e com a Constituição Federal de 1988, onde diversos setores cristãos fizeram ouvir suas demandas, abriu-se um amplo mercado religioso onde as inúmeras vertentes que haviam aparecido nesse período passaram a investir em estratégias de mercado para angariar fiéis (Mariano, 2008). Dentre estas estratégias, a IURD foi pioneira em divulgar sua propaganda mediante meios eletrônicos como a rádio e a televisão, incluindo a compra de uma das redes televisivas tradicionais de São Paulo, a Rede Record, em 1990. Ademais, o discurso motivador da Teologia da Prosperidade difundiu-se entre as camadas menos favorecidas da

população, que vislumbraram esperança em meio a uma situação social de desigualdade, violência e injustiças sociais (Mariano, 2008). No pensamento propagado por essas igrejas neopentecostais, inclui-se a esperança de ser recompensada por Deus através de seguimento de suas regras e pagamento do dízimo, em uma relação de oferta e demanda típica de mercado. Atestando o sucesso da Universal, que segundo Mariano foi a igreja pentecostal que mais aumentou em quantidade de fiéis entre 1990 e 2000, outras igrejas que possuíam visões mais tradicionais e próximas do protestantismo também seguiram esse modelo de proselitismo via mídia eletrônica, como a Assembleia de Deus, que até mesmo adquiriu uma rede de rádio e televisão, a Rede Boas Novas (RBN).

Além da adoção do proselitismo eletrônico e da inserção no mercado religioso, a Teologia da Prosperidade também exerceu influência em outras mudanças no modo de agir das igrejas pentecostais brasileiras. Em sua radicalização da concepção de ascese intramundana e transmissão da ideia de aquisição da felicidade e bens neste mundo como dádivas conferidas por Deus, impulsionou adeptos dessas congregações a ingressar nos assuntos políticos do Estado, a fim de garantir seus direitos e o cumprimento das regras consideradas legítimas por eles por estarem baseadas em sua lei máxima, a Bíblia.

2.2. O ingresso (ou regresso?) da doutrina cristã na política brasileira

Ao final do século XVIII, a pastoral cristã se posicionava ao lado do direito canônico e da lei civil como código explícito que regia o controle dos corpos e ditava o que era certo e errado, que deveria ser punido ou não (Foucault, 1997). Em suma, o entendimento de bom emprego destas, conforme a ordem natural pregada pela religião, era corroborado pelas próprias leis do Estado da época. O processo de racionalização ocidental jurídico-política, um dos pilares da conformação das sociedades modernas segundo Max Weber, acarretou na separação entre a Igreja e o Estado dando origem ao conhecido conceito de secularização.

De acordo com Ricardo Mariano (2003), este processo de secularização ocorreu no Brasil conjuntamente com a implantação do regime republicano, ao final do século XIX. Dentre suas consequências, encontra-se o fim do monopólio religioso cristão e a garantia da

liberdade religiosa o que propicia uma pluralização de credos e até mesmo certa concorrência entre eles. Contudo, o autor pontua que esse processo ocorreu de maneira gradual, uma vez que o cristianismo ainda permaneceu dentro dos moldes esperados e bem aceitos pela sociedade. Enquanto isso, as outras doutrinas que se dessemelhavam a essa normativa, como os cultos espíritas e principalmente os de matriz africana, foram proibidos e perseguidos pelo Estado até meados da década de 1950. Mas ainda assim, sustentou-se a tese da secularização e a religião passou à esfera do privado, elevando a esfera civil e jurídica ao âmbito estatal.

Mesmo com a secularização e separação do Estado, a Igreja Católica continuou apresentando atuações decisivas na política nacional e exercendo papel importante na formação de opinião no seio da sociedade brasileira. Em 1964, apoiou oficialmente o golpe de Estado que destituiu o então presidente João Goulart e colocou os militares no poder, pautando-se no argumento anti-comunista e na defesa dos valores tradicionais e da família (Novaes, 2001), tão recorrentes nos posicionamentos cristãos desde sempre. Entretanto, mais tarde, se arrependeria desse ato, sobretudo após a instauração do Ato Institucional Nº 5; e passaria a assumir uma opinião de contrariedade e denúncia às violações dos direitos humanos cometidas pelo regime.

A partir dos anos 70, surge então um movimento de extrema importância que irá difundir-se pela América Latina e que visará lutar por uma sociedade mais igualitária e menos repressora, a chamada Teologia da Libertação. Motivados por esta, autoridades católicas buscaram transpor a área de atuação da igreja para além do dogma religioso, alcançando as mudanças sociais que o difícil contexto da época exigia (Novaes, 2001). Assim, estabeleceram-se Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, onde lideranças inspiradas por essa teologia trabalharam a formação política da população e tinham “opção preferencial pelos pobres” (Mariano, 2011 p. 248; Novaes, 2001 p. 63), articulando os ensinamentos bíblicos com as demandas da sociedade. Além das CEBs, também no intuito de sua utilidade para formação, se instituíram a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Comissão de Justiça e Paz – CJP (Carneiro, 2016). Internamente, integrantes das pastorais católicas alimentaram ideias progressistas, como uma maior horizontalização da Igreja católica, as quais desagradaram o Vaticano. Para dismantelar os setores mais revolucionários da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e enfraquecer a Teologia da Libertação, bispos

conservadores para os cargos mais importantes da entidade foram nomeados, que progressivamente reduziram a importância dos questionamentos sociais levantados pelo movimento.

Até o período da redemocratização, na primeira metade da década de 1980, os pentecostais haviam apresentado pouca atuação na esfera política brasileira. Isto pode ser observado no apolitismo desse grupo embasado no argumento ascético de que “crente não se mete em política” (Mariano, 2011), posto que esta seria considerada mundana, corrupta e distanciaria os fiéis dos mandamentos de Deus. Contudo, a partir do momento da eleição da Assembleia Constituinte em 1986, houve uma entrada vertiginosa dos pentecostais na política, ultrapassando a quantidade de protestantes históricos nas casas legislativas do país (Freston, 1993). Motivados pela apreensão de que os católicos, que até então sempre haviam sido mais atuantes nas tomadas de decisão nacionais, lutariam pela implantação do catolicismo como religião oficial do Estado, lideranças religiosas da mais recente cisão do cristianismo se mobilizaram para eleger seus representantes na elaboração do novo regimento que estava prestes a reorganizar a sociedade brasileira. Desse modo, surgiu em 1986 a chamada “bancada evangélica” (Novaes, 2001), com trinta e três deputados.

Munidos de suas já mencionadas estratégias de marketing que visavam o proselitismo, as autoridades das igrejas pentecostais valeram-se desses expedientes para mobilizar seu público a votar em seus candidatos; adicionando-os, assim, da categoria de ovelhas a serem integralizadas em seu rebanho, à categoria de eleitorado. Logo, já na formação da Assembleia Constituinte em 1986, Paul Freston (1993) mostra como a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus conseguiram eleger considerável quantidade de candidatos vinculados às suas denominações, contribuindo para a até então inédita expansão da participação pentecostal na política. Como vimos anteriormente, estas igrejas possuem grande poder de influência nos meios eletrônicos, o que pode explicar seu êxito a partir desse momento. A quantidade de pentecostais no Congresso ultrapassou a de protestantes históricos e essa tendência se manteve prontamente nos anos seguintes à elaboração da Constituição Federal, pois nas eleições seguintes (de 1990) a legislatura designada contava com 18 pentecostais e 13 históricos, segundo Freston.

A Igreja Católica, por sua vez, buscou tomar medidas para enfraquecer o crescimento acelerado do pentecostalismo no Brasil e estabelecer-se também na nova política pós-redemocratização. O surgimento da Renovação Católica Carismática (RCC) auxiliou a Igreja a frear a perda de fiéis para as novas doutrinas, valendo-se inclusive de estratégias de publicidade na mídia similares às de seus adversários¹⁵. É o caso da utilização da televisão como meio de evangelização, com a aquisição a partir dos anos 90 de redes tais como a Rede Vida e a TV Aparecida¹⁶ (Mariano, 2011). A reação católica também se deu no campo da política. Após o desestímulo velado sofrido pela Teologia da Libertação e suas demandas sociais reformadoras, por parte do Vaticano, a CNBB passou a buscar intervir na política de maneira indireta. Isto é, pressionando as autoridades políticas a defenderem princípios morais concomitantes aos advogados pelos pentecostais, os quais serão melhor debatidos mais adiante. Outrossim, os católicos não se limitaram ao lobby exercido pela CNBB para consolidar seus interesses na política e combater os pentecostais, mas também mobilizaram o eleitorado católico a votar em candidatos seguidores do mesmo credo. Apoiados em grande parte pelo movimento carismático, surgiram slogans como “católico vota em católico”.

Entretanto, pode-se constatar que as tentativas da Igreja Católica em combater o crescimento do pentecostalismo não foram profícuas. Isso pode ser constatado com a observação de dados estatísticos que evidenciam o crescimento do número de seguidores das igrejas pentecostais, enquanto o número de católicos diminuiu (Mariano, 2008).

Em suma, os pentecostais ingressaram na política defendendo os direitos humanos, a liberdade religiosa e o Estado Laico. No entanto, Ricardo Mariano destaca o paradoxo entre essa reivindicação paralelamente à de que o governo estivesse submetido à soberania divina (Sylvestre, 1986, apud Mariano, 2011). A partir daí, é possível vislumbrar os inícios do posicionamento político desse grupo que perdurará e se endurecerá nas décadas seguintes, à medida que sua presença como atores políticos adquirir força e influência no Congresso Nacional.

¹⁵ Segundo Alberto Antoniazzi (1994), a Renovação Carismática apresenta outras similaridades com o pentecostalismo para além das estratégias de marketing, visto que ambos os movimentos surgem a partir dos mesmos fatores sócio-culturais.

¹⁶ Entre as citadas por Ricardo Mariano, encontram-se também a Rede Canção Nova (fundada em 1989), a TV Horizonte (1999), a TV Século 21 (2000), a TV Nazaré (2002), a TV Educar (2003) e a TV Imaculada Conceição (2004).

Consequentemente, estes grupos passaram a se tornar cada vez mais influentes, incrementando o número de parlamentares nas casas legislativas conforme se incrementou também sua quantidade de seguidores na sociedade no geral. Em 2003, foi criada a Frente Parlamentar Evangélica, iniciativa dos deputados Adelor Vieira, Raimundo Santos e Pedro Ribeiro; em Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional de Missões evangélicas. Segundo Tatiane dos Santos Duarte (2012), a “Frente” é corretamente assim denominada a despeito de sua nomenclatura mais popularizada, “bancada evangélica”, o que se explica pelo fato de que uma “bancada” envolve um agrupamento partidário. A “frente parlamentar”, por sua vez, é pluripartidária, mas integralizada por atores unidos pela causa uníssona da defesa de decisões em conformidade com os preceitos bíblicos.

Desde a sua fundação, a FPE tem adquirido mais integrantes, aumentando assim o número de parlamentares pentecostais. Segundo dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP¹⁷ (2010), nas eleições de 2006 foram eleitos/as 36 parlamentares filiados/as à Frente; já na legislatura seguinte, esta quantia mais que dobrou, atingindo a marca de 73 parlamentares, dentre eles/as 70 deputados/as e 3 senadores. Carneiro (2016), valendo-se de estatísticas da mesma fonte, evidenciou que no pleito de 2014, isto é, aquele cujas resultâncias ainda vigoram no momento desta pesquisa, 53% do número anterior de congressistas foram reeleitos/as; gerando a totalidade de 74 legisladores/as declaradamente vinculados/as a igrejas evangélicas. Por conseguinte, esse crescimento acarreta um maior poder de influência destes/as no seio das decisões políticas do governo.

Composta por deputados/as e senadores associados/as a diversas congregações, a FPE reflete, de certa forma, o quadro do pentecostalismo atual no Brasil em termos quantitativos. Como já verificado anteriormente, a Assembleia de Deus é a denominação atual com maior quantidade de adeptos/as, englobando não apenas as igrejas pentecostais, como evangélicas no total. Do mesmo modo, é a igreja com maior representação na FPE, contando com 27 parlamentares (incluindo o pastor Marco Feliciano, vinculado à Catedral do Avivamento que

¹⁷ Dados obtidos em <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/14637-evangelicos-crescem-no-congresso-psc-tem-mais-representantes>

é ligada à Assembleia de Deus) segundo dados recentes levantados pelo DIAP¹⁸. Em segundo lugar, encontra-se a IURD, com 11 representantes. Juntas, ambas as denominações somam aproximadamente a metade dos/as parlamentários/as associados à FPE, o que justifica a ênfase dedicada a estas duas neste capítulo e de acordo com as finalidades aqui propostas. Entre outras igrejas que possuem representantes na agrupação, encontram-se a Batista, com 9; a Presbiteriana, com 6; a do Evangelho Quadrangular, com 3; e Congregação Cristã e Internacional da Graça de Deus com 2 cada; apenas para mencionar as mais expressivas.

No que tange ao pertencimento a partidos políticos, é sabido que a composição da FPE não é homogênea. Contudo, os atores políticos evangélicos também passaram a criar seus próprios partidos, como é o caso do Partido Republicano Brasileiro (PRB), ligado à IURD. Segundo as informações averiguadas pela DIAP, este partido foi o que elegeu a maior quantidade de deputados em 2014: 15; deixando para trás o PR e o PSC que até a legislatura precedente eram as agremiações que detinham maior quantidade de parlamentares, com 11 e 10 deputados, respectivamente. Citando os mais significativos na atualidade, o PR conta com 7; e PSDB e PMDB, partidos considerados de grande porte na política nacional, com 5 cada um. Noemi Araújo Lopes (2013) indica que a maioria dos/as parlamentares da Frente é atrelada a partidos de centro-direita; mas é possível observar uma grande variação nesse sentido haja vista que, curiosamente, existe a presença de deputados e deputadas de partidos como o PT e o Psol.

Ainda que constituída por atores políticos de diferentes partidos e congregações religiosas, a FPE consegue manter-se com significativa coesão, a qual, segundo Santos e Sampaio (2015), “se mantém pelas perspectivas compartilhadas que os atrela a um conjunto de objetivos a serem perseguidos. A raiz da coesão entre os políticos confessionais está nos valores daqueles que eles representam” (p. 201-202). Infere-se que esses valores são aqueles defendidos pela pluralidade das denominações pentecostais, tais como os que regem a conservação de um entendimento tradicionalista e conservador de família, isto é, dentro dos moldes heteronormativos; e que recriminam incisivamente as diferentes expressões da sexualidade e da identidade de gênero humanas. Através disso, acabam empenhando-se

¹⁸ Fonte: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/24534-bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados>

vividamente no atravancamento de qualquer possibilidade de aprovação de leis que surjam visando assegurar direitos a cidadãos/ãs que diverjam desse padrão (Carneiro, 2016).

Dadas convicções, que fundamentam o tolhimento mencionado, são originadas através da exigência de obediência incontestada a determinadas normas bíblicas. Estas, em questão, foram originadas na sociedade hebreia ainda anterior a Cristo; e ratificadas e enrijecidas na Europa medieval (Ranke-Heinemann 1988; Borrillo, 2010; Carneiro, 2016); ambas afastadas da sociedade brasileira por consideráveis distâncias geográficas e socioculturais e resultando em uma leitura ortodoxa da Bíblia que não acompanha o desenvolvimento da sociedade quanto a questões de cunho sexual, moral e jurídico. O resultado perceptível disso no contexto brasileiro atual é a acusação proveniente de “novos movimentos sociais com tendência a transcender a estrutura de classes e a debater a emergência de novas dimensões de identidade (Gohn, 2008, p. 127, apud Carneiro, 2016, p. 166), como é o caso dos LGBT’s; direcionada aos legisladores que entravam suas demandas, como é o caso dos componentes da Frente Parlamentar Evangélica. Esse entrave origina a discussão sobre a fragilidade da secularização brasileira mencionada anteriormente e o alegado não cumprimento verdadeiro da concepção de Estado Laico instituído pela Constituição de 1988.

2.3. Compreendendo os argumentos cristãos históricos contra os/as LGBT’s: o heterossexismo de Estado

Carneiro (2016) remete às condições político sociais da época dos hebreus como a necessidade em fortalecer seu povo através da natalidade e do manutenção da linhagem no intuito de combater as asperezas da vida naquela região desértica do Oriente Médio. Ali, encontravam-se submetidos à escravização por outros povos mais fortes, à fome e outros problemas. Regidos por normas rigorosas que amparavam esses aspectos, acompanhadas daquelas que ratificavam o ascetismo e o salvacionismo de sua doutrina, compreende-se o porquê dos hebreus terem condenado tão veementemente a homossexualidade – que foi

considerada abominação – dentro do contexto daquela época, bem como práticas como a masturbação e a contracepção.

Dentro da cosmogonia judaico-cristã, o mito de Sodoma e Gomorra fortaleceu a aversão à homossexualidade e sua referência para condená-la ainda é utilizada até hoje. As duas cidades foram dizimadas pelo comportamento considerado reprovável de seus habitantes, pouco hospitaleiros e lascivos (considerados assim principalmente por suas práticas homossexuais), e Sodoma emprestou seu nome para a confecção de um termo pejorativamente direcionado aos homossexuais: *sodomita*. A conotação negativa da expressão explica-se pelo sentido de antinatural dado a ela, como explica Daniel Borrillo (2010) ao citar sua definição pelo *Dictionnaire des mots de la foi chrétienne* (1989): “pecado, cujo nome deriva da cidade de Sodoma, designando qualquer relação homossexual **ou contra a natureza**. Vício” (p. 49, grifo meu).

Borrillo afirma que a cristandade conferiu menos centralidade ao tema da reprodução e multiplicação do povo de Israel do que a moral rabínica, mas indica também que “mesmo que, em momento algum, Jesus mencione o pecado de sodomia ou faça referência a qualquer condenação das paixões entre pessoas do mesmo sexo, o apóstolo Paulo não hesita em condenar, com firmeza, os amores sáficos” (p. 50). Em suas epístolas, Paulo expressou as inquietações dos primórdios da Igreja Católica, mas o fez sem necessariamente mencionar exatamente as palavras de Cristo, como corroborado por Huston Smith (2001). Nessas epístolas, Paulo referiu-se diversas vezes ao pecado da sodomia e enfatizou seu status de abominação, excluindo seus praticantes da salvação prometida pela palavra de Deus.

Dois dos teólogos mais influentes dos primórdios do cristianismo, Santo Agostinho durante a Antiguidade e, posteriormente, São Tomás de Aquino, na Idade Média, trataram o tema da sexualidade saturado de culpa e rejeição. Ainda de acordo com Borrillo, o primeiro descreveu a sodomia como crime detestável e aludiu a seu aspecto antinatural; enquanto o pensamento da Escolástica na Idade Média representado pelo segundo, em sua desvalorização do prazer sexual e defesa do coito apenas como finalidade reprodutiva, comparou a homossexualidade e outros atos não procriadores (dentre eles a masturbação e o sexo oral ou anal) aos pecados mais abjetos, dentre eles o canibalismo, a bestialidade e a ingestão de imundícies. Contemporâneo de Tomás de Aquino, o jurista medieval Luca da

Penne, por sua vez, considerou a sodomia mais grave que o homicídio, “porque este destrói somente uma vida individual, enquanto aquela aniquila a raça humana ao impedi-la de reproduzir-se” (Dynes, 1990, apud Borrillo, 2010, p. 52).

Fredson Oliveira Carneiro (2016) se baseia em Michel Foucault para afirmar que a institucionalização do Estado homofóbico originou-se junto do surgimento dos estados nacionais em finais do século XVIII, quando as diretivas cristãs ainda detinham tanto poder e controle sobre os corpos quanto à lei civil. Essa institucionalização teve a colaboração não apenas da moral herdada pela tradição judaico-cristã, como também foi posteriormente pautada em argumentos científicos da medicina e da psicologia. Estes pressupostos perduraram nas sociedades ocidentais, dentro das quais se insere o Brasil, até poucas décadas atrás, quando foram abolidos em sua maioria. Entretanto, alguns deles ainda são referenciados na sociedade brasileira contemporânea para justificar posicionamentos políticos, como será abordado no próximo tópico.

Borrillo evidencia a legitimação da homofobia pela medicina, que realizou investigações científicas no intuito de medicalizar a já aqui abordada noção de sodomia proveniente do cristianismo. Retomando-se, ainda no século XIX, a normatização e a importância conferida à procriação humana, o fato de as relações sexuais de natureza homoafetiva não serem reprodutivas lhes impôs radicalmente a alcunha de patológicas. O autor cita o perito médico-legal A.-A. Tardieu, que foi ainda mais além. Referindo-se aos homossexuais como “monstros”, Tardieu incutiu características corporais específicas à totalidade destes indivíduos, estigmatizando-os fisicamente: “A própria morfologia permite seu reconhecimento: a configuração das nádegas, o relaxamento do esfíncter, o ânus afunilado ou, então, a forma e a dimensão do pênis confirmam a filiação à nova espécie.” (Tardieu, 2005, apud Borrillo, 2010, p. 66).

Junto com Tardieu, também outros profissionais da saúde patologizaram as expressões da sexualidade que diferiam da heterossexualidade; esta última sendo considerada o modelo legítimo a ser seguido e aceito na sociedade. Ainda que buscassem seguir as diretrizes científicas que dominavam a época, teóricos não conseguiram se desvincular da concepção de que a única prática que deveria ser considerada natural era a relação heterossexual. Por vezes, mesmo quando se tencionava retirar julgamentos morais do estudo

da homossexualidade, as conclusões a respeito ainda eram repletas de pressupostos preconceituosos, como é notório em alguns estudiosos da psicanálise. Dentre eles, Sigmund Freud, mais importante representante e referência fundadora deste domínio, que naturaliza a bissexualidade no indivíduo em fase inicial de formação psíquica, mas afirmando que o natural seria este tender para a heterossexualidade; enquanto Lacan foi mais incisivo, alcunhando a homossexualidade como uma perversão. Já às lésbicas, foi-lhes inferido um estigma de subversão, motivado por uma aversão aos homens e à adoção da feminilidade (Borrillo, 2010).

Essas intersecções entre a moral cristã e a rejeição embasada pela ciência às práticas homoafetivas alcança suporte em Michel Foucault e o primeiro volume de sua *História da Sexualidade* (1997). Ali, vê-se como este visa compreender a cientificização da prática da confissão advinda do catolicismo no século XIX. Segundo Souza (2013), o cristianismo havia incutido um aspecto de essencialidade ao sexo na regulamentação das normas de conduta estipuladas por sua doutrina desde sempre. Após a Contrarreforma, a Igreja Católica buscou estender a magnitude do sacramento da confissão aos assuntos que até então eram considerados mais pudicos e os quais as pessoas evitavam relatar. Evidentemente, estes eram aqueles relacionados à carne e o incentivo da Igreja a que fossem cada vez mais externalizados diante dos padres era como meio de policiamento:

[...] a extensão da confissão e da confissão da carne não para de crescer. Pois a Contra-Reforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual. Porque tenta impor regras meticulosas de exame de si mesmo. Mas, sobretudo, porque atribui cada vez mais importância, na penitência – **em detrimento, talvez, de alguns outros pecados** – a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual. O sexo, segundo a nova pastoral, não deve mais ser mencionado sem prudência; mas seus aspectos, suas correlações, seus efeitos devem ser seguidos até às mais finas ramificações: uma sombra num devaneio, uma imagem expulsa com demasiada lentidão, uma cumplicidade mal afastada entre a mecânica do corpo e a complacência do espírito: tudo deve ser dito. (Foucault, 1997, p. 23, grifo meu)

Esse hábito da confissão, principalmente no tocante ao sexo, desenvolveu-se junto à extrema valorização das normas científicas no estudo dos aspectos da vida humana, dando origem a uma área de estudo que utiliza as práticas discursivas para entender cientificamente

a sexualidade. Esse processo que foi tomando forma lentamente, foi definido pelo autor como *scientia sexualis*. Evidentemente e como já observado anteriormente, sua execução não foi privada da moralidade de raiz cristã da época.

Retornando ao âmbito do entendimento científico das perversões, cabe destacar que o termo predominantemente usado no século XIX para denominar o homossexual masculino era *pederasta*, proveniente do conceito grego antigo que aludia à relação entre um rapaz adolescente (*eromenos*), que se preparava para a vida matrimonial desempenhando o papel passivo da relação sexual com um homem adulto (*erastes*), que atuava como seu tutor (Borrillo 2010). Na atualidade, o termo é confundido com a pedofilia e suscita agressivos argumentos contrários às homoafetividades por parte de alguns setores evangélicos. Estes, conjuntamente com os outros apresentados neste tópico, também serão melhor abordados a continuação, onde ficarão mais evidentes a incorporação de todos esses pressupostos na conjuntura política do Brasil contemporâneo.

2.4. Argumentos cristãos no Congresso e na realidade brasileira contra os direitos LGBT's

Ainda que, segundo Carneiro (2016), os primeiros debates polarizados entre os defensores dos direitos LGBT e os parlamentares contrários a estes tenham se desenvolvido entre 2010 e 2011, desde muito antes já era possível observar as tentativas de promover cidadania a indivíduos pertencentes a essa minoria frustradas por alas conservadoras e religiosas.

Natividade e Lopes (2009) mencionam o trabalho de Cristina Câmara (2002) em que a autora afirma que o termo “orientação sexual” não foi incluído no texto da Constituição Federal de 1988 devido a posicionamentos contrários de religiosos durante a elaboração da mesma. Os autores citam propostas de atores políticos que tentaram mudar esse quadro já nos anos subsequentes ao novo regimento nacional, como a PEC-139/1995 apresentada por Marta Suplicy que propunha incluir a orientação sexual como direito protegido contra discriminações dentre os outros que são garantidos pela Constituição, mas este foi arquivado

em 1999. Além deste, houve outros projetos que tencionaram alterar o artigo 1º da Lei 7716 de 1989¹⁹ (conhecida como “Lei do Crime Racial” ou “Lei do Racismo”), o qual pune “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (Planalto), incluindo entre estes o termo “orientação sexual” e garantindo com isso a proteção estatal das minorias sexuais. Entre as iniciativas evidenciadas pelos autores, encontram-se o Projeto de Lei do deputado Nilmário Miranda de 1999, que foi arquivado em 2004; o da então deputada Nair Xavier Lobo proposto em 2002 e arquivado no ano seguinte; e o PL 5/2003, proposto pela deputada Iara Bernardi e também arquivado.

Além dos já mencionados, numerosos outros projetos de lei buscaram punir os crimes por orientação sexual, isto é, criminalizar a homofobia. Os primeiros anos da década de 2000 foram profícuos em quantidade de proposições direcionadas a esse sujeito, e entre os citados por Natividade e Lopes (2009) é possível enumerar os Projetos de Lei 381/2003, 3143/2004, 4243/2004 e 3817/2004, que por fim foram apensados ao PL 5003/2001, de autoria da já mencionada deputada Iara Bernardi. Este último, que tinha por objetivo “determinar sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas”²⁰, posteriormente foi substituído pelo PLC 122/2006, estendendo suas medidas punitivas ao machismo, à misoginia e à homolebobitansfobia²¹; e ocasionou polêmica na política brasileira. Ao gerar controvérsia entre religiosos, abertamente contrários a disposições desse tipo, evidenciou ainda mais o antagonismo entre os setores evangélicos e aqueles que lutam a favor dos Direitos Humanos LGBT.

Em relatório divulgado em 2016, O Grupo Gay da Bahia – GGB apontou que o número de assassinatos de LGBT’s no Brasil vem aumentando enormemente a cada ano. No ano de 2000, registraram-se 130 homicídios; em 2010, esse número subiu para 260; e finalmente, no ano do relatório foram contabilizadas 343 mortes. Tais estatísticas fazem do Brasil, segundo a pesquisa, o país que mais mata pessoas da comunidade LGBT no mundo, ficando atrás de nações consideradas tradicionalmente LGBTfóbicas e que incluem a pena de morte à homossexualidade. Partindo do pressuposto que o Estado deveria agir como

¹⁹Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm

²⁰ Ementa disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=31842>

²¹Termo proposto por Fredson Oliveira Carneiro, autor amplamente referenciado neste capítulo. Optou-se por adotar essa terminologia por seu caráter globalizante, que contempla tanto as dimensões da sexualidade quanto da identidade de gênero.

defensor dos direitos de seus/suas cidadãos/ãs, os diagnósticos apresentados comprovam que esse grupo vem sendo negligenciado, subsistindo à mercê do perigo que representa o dado de uma morte a cada 25 horas no território nacional. Ademais, é relevante frisar que o GGB é uma das poucas entidades brasileiras que investigam estatísticas de crimes contra LGBT's, mostrando assim uma insuficiência de dados oficiais e comprovando o descaso estatal com a situação em que vivem esses/as cidadãos/ãs. Essa situação poderia ser combatida com a implantação do PLC 122/2006, que oficializaria as informações referentes a crimes desse tipo, mas a FPE atuou de maneira contundente a fim de arquivar o projeto.

Denominado pejorativamente como “Lei da Mordaca” (Carneiro, 2016), o projeto de lei que tencionava criminalizar a homofobia foi atacado pelos/as evangélicos/as que usaram o argumento de inconstitucionalidade, visto que supostamente a lei feriria seu direito de liberdade religiosa, garantido constitucionalmente. Direito esse que engloba pregar a condenação bíblica às relações homoafetivas, ou ainda, nas palavras de Carneiro, “sua aprovação limitaria discursos sexistas e de ódio contra a população LGBT, que é o que ocorre em nossa lamentável realidade” (p. 117).

Além disso, outra alegação utilizada para contrariar os projetos de lei de criminalização da homofobia é o revigoramento de proibições aos tratamentos que medicalizam a homossexualidade. É o caso observado nos argumentos manifestados pela psicóloga cristã Rosângela Justino em uma carta publicada em 2009 no site da Associação Brasileira de Apoio aos que Desejam Voluntariamente deixar a Homossexualidade (Abraceh). Na carta, a militante religiosa se opõe ao projeto de lei 5003/2001, apelando para que as autoridades federais defendam o que considera como o “livre arbítrio” de pessoas homossexuais que desejam procurar auxílio psicológico para reverter sua orientação sexual (Natividade e Lopes 2009). Uma vez que o meu enfoque se estabelece sobre o posicionamento dos/as evangélicos/as que fazem parte do poder político legislativo, os argumentos da psicóloga podem ser equiparados aos que o deputado Pastor Eurico utilizou em discurso aversivo ao PLC nº 122/2006, citado por Carneiro (2016): “Como se não bastasse, temos ainda o ativismo do Conselho Federal de Psicologia, que já anda cassando os direitos profissionais dos psicólogos que, no exercício da profissão, atendem homossexuais que querem deixar a homossexualidade” (Carneiro 2016, p. 121).

Com isso, constata-se o pensamento presente em alguns setores evangélicos, principalmente entre aqueles que são mais ativos no legislativo brasileiro, de tratar a homossexualidade como transtorno psíquico passível de tratamento e ignorar sua existência como “uma das formas de expressão da sexualidade humana”, nas palavras de Carneiro (2016). Ao defenderem práticas que alegam proporcionar tratamento psicológico a fim de reverter a homossexualidade àqueles que assim o desejem, patologizando essa expressão da sexualidade, os legisladores vão de encontro ao consenso estabelecido pela medicina e pela psicologia. A primeira, internacionalmente; através de decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS), que retirou a homossexualidade – até então qualificada como *homossexualismo* – de sua Classificação Internacional de Doenças (CID) em 1990; e a segunda, no Brasil, mediante o Conselho Federal de Psicologia (CFP) que a retirou de sua lista até mesmo antes do órgão mundial, em 1985.

Verifico, a partir disso, como os argumentos religiosos milenares, já apresentados anteriormente, são priorizados em detrimento de estudos e constatações realizadas por estudiosos que detêm propriedade científica de observar realidades atuais da sociedade em que vivemos. O caráter retrógrado dessa linha de pensamento voltada para esses aspectos da moral bíblica pode ser atestado ao retomarmos os enunciados de Borrillo sobre o cientificismo homofóbico que perdurou durante os séculos XIX e XX, asseverados pelo raciocínio foucaultiano (1997) que rememora os discursos científicos sobre o sexo no século XIX. A medicina, como foi amplamente abordado no tópico precedente, seguia concomitantemente os preceitos da ciência e os da moral vigente. Esta última aponta igualmente para outro aspecto não debatido; e que o teórico francês menciona como “os medos tradicionais” (p. 55).

A inserção dos/as LGBT's na globalidade socialmente aceita pela sociedade brasileira é obstaculizada por diversos medos, que são alimentados nos discursos dos/as parlamentares evangélicos/as. Para exemplificar, Fredson Carneiro (2016) transcreve em sua dissertação a leitura de um artigo altamente conservador de José Maria e Silva lido pelo deputado João Campos (PSDB/GO), uma das figuras mais proeminentes da Frente Parlamentar Evangélica, em Ata da Câmara dos Deputados. Um trecho que pode ser destacado:

[...] As feministas, gays e negros de passeata querem o monopólio da Comissão dos Direitos Humanos para que possam continuar tentando aprovar o Projeto de Lei Complementar 122 (PLC-122), que legaliza o conceito de homofobia e, concomitantemente, transforma a homofobia em crime. Por diversas vezes, o movimento gay tentou aprovar esse projeto [...] o que é absurdo, dadas as graves implicações que ele terá na vida das igrejas, empresas, hospitais, escolas e até nos lares, quando uma família tiver que contratar uma empregada, por exemplo. Felizmente, parte da bancada evangélica – solitária e heroicamente – vem conseguindo barrar esse atentado à liberdade de todos os demais cidadãos (BRASIL, apud Carneiro p. 127)

Carneiro explica por meio deste discurso a procura dos parlamentares da FPE por apoio nas mídias, e sobretudo por aceitação de grupos da sociedade ao atribuir características negativas às pautas dos movimentos sociais, desacreditando-os. E pior ainda, produzindo os medos ou o que o autor denomina *pânicos morais*. Dessa forma, coloca os evangélicos/as no papel de grandes defensores/as da moralidade no Brasil, enquanto seus/suas antagonistas empenham-se na causa oposta; entendidos os conceitos de moralidade para o primeiro grupo.

Citando Miskolci, Carneiro explica que os discursos e as ações dos/as integrantes da FPE produzem um mecanismo “de resistência e controle da transformação societária conhecido como *pânicos morais* [...] que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo ameaçadoras” (Miskolci, 2007, p. 103, apud Carneiro, 2016, p. 127). Natividade e Lopes (2009), por seu turno, remetem às assertivas de Natividade (2007; 2006; 2006b) que expõem os discursos dos/as ativistas evangélicos/as que depreciam a aceitação dos/as homossexuais na sociedade, afirmando que esta acarretaria no “extermínio do heterossexual” e na “destruição da família brasileira”.

Consequentemente, essa desqualificação da existência dos/as LGBT’s alcança respaldo pelo próprio governo federal. Uma situação recente que confirma esta afirmação é a polêmica decisão do juiz federal da 14ª vara do Distrito Federal, Waldemar Cláudio de Carvalho, que concedeu liminar que autoriza psicólogos/as a ministrarem tratamentos de reorientação sexual a indivíduos LGBT’s; ignorando não somente a decisão do órgão máximo de decisões psicológicas do Brasil (o CFP), como principalmente a legitimidade de

diferir da heterossexualidade, como expressão da identidade humana totalmente normal. Por conseguinte, a batalha travada há anos pela FPE encontrou um meio de obter vitória.

Outra ocasião em que foi possível reconhecer a continuidade de adoção de valores cristãos pelo Estado brasileiro (que é laico), ocorreu com a aprovação na Câmara dos Deputados do PL nº 6583/2013, mais conhecido como Estatuto da Família. O projeto, de autoria de Anderson Ferreira, do PR/PE e membro da FPE, define o conceito de família como “formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos” (Câmara, 2015)²². Assim, evoca-se o conceito de heterossexismo proposto por Borrillo (2010), pois a aceitação desta proposta por uma das casas legislativas do país reafirma a hierarquização das sexualidades, colocando o núcleo familiar heteronormativo como único legítimo e digno de reconhecimento oficial. Carneiro (2016) afirma que a instituição *família* é a maior dos pânico morais, aos quais fizemos referência.

Curiosamente, a proposta do Estatuto foi lançada após a resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que vedou às autoridades competentes a negação de celebrar casamento ou união civil entre pessoas do mesmo sexo. Esta foi corroborada pela deliberação do STF²³ que alegou inconstitucionalidade de distinções de tratamento legal às uniões estáveis efetivadas por pessoas de mesmo sexo (Carneiro, 2016). Determinadas decisões geraram conturbação repleta de indignação pelos membros da FPE, que lançaram mão de diversos recursos visando sustar seus efeitos, como o Projeto de Decreto Legislativo nº 232/2011, de autoria do deputado André Zacharow, do PMDB/PR, e que dispôs como relator o deputado Marcos Rogério do PDT/RO, atrelado à FPE e à Assembleia de Deus. Esse projeto sugere que se faça um plebiscito para decidir sobre a união civil homoafetiva.

Com base nisso, relaciono esse pânico moral à milenar inquietação cristã quanto à essencialidade do matrimônio unicamente para fins reprodutivos. Conforme se pode atestar

²² Informação retirada de notícia disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879-CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html>

²³ Decisão favorável acerca da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4277, que garantia uma interpretação do art. 1723 do Código Civil sobre união estável contemplando uniões homoafetivas; e da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 132, impetrada em 2008 pelo então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, tencionando garantir direitos às uniões homoafetivas de servidores/as estaduais (Carneiro, 2016).

em discursos de deputados evangélicos transcritos por Carneiro (2016), como o realizado pelo deputado João Campos (PSDB/GO), em 28 de março de 2011, em que prescreve: “[...] devemos reagir a essas inúmeras investidas dos que querem destruir os valores cristãos da família [...] Tudo isso é contra a vontade de Deus. Só o casamento monogâmico entre um homem e uma mulher preserva e dará continuidade à procriação” (Brasil, apud Carneiro, 2016, pp. 116-117) e Pastor Eurico (PSB/PE) em 22 de novembro de 2013, onde critica: “[...] Não tenho dúvida de que a ideologia de gênero está sendo introduzida na legislação como uma bomba-relógio, com o objetivo de destruir o **conceito tradicional da família como a união de um homem e uma mulher vivendo com compromisso de criar e educar filhos.**” (Brasil, apud Carneiro, 2016, p. 152, grifo meu).

Não somente esses discursos invisibilizam a existência de configurações contemporâneas da instituição familiar, que, conforme as mudanças da sociedade, se expande conglomerando outras formações que também são consideradas famílias, como por exemplo aquelas que apresentam filhos adotados por pais de mesmo sexo; famílias intergeracionais; entre tantas outras possibilidades. Tais discursos também relegam essas pessoas à margem da sociedade, em especial quando se trata dos LGBT’s em sua pluralidade composta por indivíduos discordantes tanto da heteronormatividade quanto da cisgeneridade. Quando critica os debates a respeito de identidades de gênero diversificadas, o deputado pastor incorre na limitação imposta pelo pensamento cientificista dos séculos XIX e XX, cujas raízes já foram expostas.

O pronunciamento do Pastor Eurico dirige-se ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – PNLGBT, que, objetivava promover ações de instrução e incremento da qualidade de vida dos LGBT’s. No entanto, este foi considerado um escândalo, depreciativamente chamado de “Plano da Vergonha” pelos/as parlamentares evangélicos/as, que levantaram verdadeira mobilização contrária ao projeto. Por intermédio de estratégias envolvendo acusações de enriquecimento ilícito do então Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, a FPE utilizou esse caso como “moeda de troca”, nas palavras de Fredson Carneiro, para pressionar a então presidenta Dilma Rousseff a vetar o planejamento. O acontecimento foi mais uma

demonstração da influência do grupo nas decisões governamentais para o andamento da sociedade.

No meio de tantas expressões públicas de indignação manifestadas pelos parlamentários opositores ao PNLGBT, chamarei atenção para a que foi proferida pelo senador Magno Malta, do PR/ES. Como citado por Carneiro:

[...]uma maioria de famílias que acreditam em princípios de família como Deus a constituiu a constituiu, macho e fêmea, homem e mulher, pai e mãe – aliás, viemos do útero de uma mulher, não há qualquer anomalia que possa trazer alguém à luz fora disso -, mas que querem vilipendiar de toda sorte. O homem é a sua crença [...]. Sou cristão. Acredito na Bíblia [...] esse kit homossexual nas escolas fará das escolas do Brasil verdadeiras academias de homossexuais. [...] (BRASIL, 14 de junho de 2011)

Não vou me deter novamente sobre a questão da biologização da conformação familiar pautada na Bíblia e sua finalidade como meio de procriação. Indo mais além, ressalto o uso da expressão “anomalia”, a qual remete aos entendimentos de patologia, perversão e anormalidade às existências homoafetivas e transgêneros; ainda que não esteja explicitamente falando disso.

Entre 2010 e 2011, período evocado no início deste tópico, ocorreram os debates sobre o plano “Escola sem Homofobia”, que se propunha a combater a homolebóbtransfobia nas escolas, instruindo e informando as crianças sobre a multiplicidade dos sujeitos humanos e colocando a pauta do gênero para que isso deixasse de ser um tabu, através de vídeos e outros materiais informativos. O plano poderia ser útil na prevenção e combate do bullying homolebóbtransfóbico que adoce psicologicamente pessoas LGBT’s desde cedo, mas foi levado à mídia de maneira negativa e deturpada pelo deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ), até que a Frente Parlamentar Evangélica resolveu assumir o combate à proposta. No meio de tantas estratégias adotadas pela FPE para convencer a população a rejeitar a ideia, os discursos concernentes às cartilhas que seriam apresentadas nas escolas acabaram mesclando-se com outras cartilhas de finalidade diferente, as quais eram, segundo Carneiro: “um manual de redução de danos, destinado aos gays, Homens que fazem Sexo com Homens – HSH e travestis, formulado pelo Ministério da Saúde como parte integrante do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DSTS entre os grupos destinatários dessa política”. Mais voltado para a educação sexual de adultos com a homossexualidade definida, o plano confundiu a opinião popular e despertou o pré-conceito,

mencionado anteriormente, de que homossexualidade e pedofilia estão relacionados. Nas palavras de Jair Bolsonaro:

Apelo à bancada religiosa que, no meu entender, ainda não tem conhecimento desse caso, para que tome uma posição em relação aos nossos garotos e às nossas meninas. [...] Essa onda de querer combater a homofobia está estimulando o homossexualismo, a pederastia, a baixaria. Eu não quero isso para minha neta, para o meu neto (Brasil, apud Carneiro, 2016, p. 114)

Como é possível observar, o deputado utiliza o termo “pederastia” cujas origens, como vimos, remetem a uma prática institucionalizada na Grécia Antiga e que na atualidade ganhou conotações diferentes. Mas, sempre no intuito de rebaixar e conferir características negativas e criminosas aos homossexuais.

Por fim, retrocedo na linha cronológica e menciono a Lei 3406/2000, de proposta inicial do então deputado Carlos Minc (PT), que definiu “penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual” (Natividade e Lopes, 2006, p. 83) no Rio de Janeiro. Como era de se esperar, atores políticos religiosos rejeitaram a lei e buscaram de diversas formas enfraquecer seu texto e entravar sua regulamentação. Naquele então, o governador do estado do Rio de Janeiro era Anthony Garotinho, evangélico. Em entrevista cedida à TV Gazeta, ele realizou declarações que podem ser consideradas recorrentes dentre os argumentos cristãos, como “odiar o pecado da homossexualidade, mas amar seus pecadores” e “algumas pessoas exercem [a homossexualidade] de uma forma tão elegante que eu até admiro”; esta última, é recorrente também na sociedade no geral. Julga-se que a percepção de “elegância” no comportamento do homossexual, seja aquela que segue um padrão que mais se assemelhe ao agir dito “masculino” ou “feminino”, correspondente às pessoas heterossexuais. No que à lei, para que esta entrasse em vigor, foram necessárias diversas negociações entre os movimentos sociais LGBT e o poder público do estado.

Mencionei esta passagem por último para possibilitar a relação de um paralelo entre ela e um dos traços principais afirmados por Foucault em sua analítica do poder em relação ao sexo, presente na obra *História da Sexualidade vol. 1 – A vontade de saber*. Quando discorre sobre o *ciclo da interdição* nessa relação poder-sexo, o autor indica que o poder oprime o sexo obrigando-o a renunciar a si mesmo para que possa existir: não aparecer para não desaparecer. Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros são obrigados, ainda com o avanço da sociedade, a viver marginalizados/as, ameaçados/as pela violência, pelo descaso estatal e

pelos ataques que lhes são impetrados pelos/as legisladores/as brasileiros/as. Podem existir (por enquanto!), desde que estejam em guetos, casas noturnas dedicadas exclusivamente a eles/as, mas não devem batalhar arduamente para que a lei obrigue a totalidade dos estabelecimentos e serviços de um Estado a respeitá-los. Podem ser o que quiserem, mas não podem ensinar pessoas que estão se inserindo na sociedade a entender que sua identidade é viável; nem terem suas uniões afetivas reconhecidas como família. Após essas considerações, para repensar a verdade com que o Estado lida e possibilidades de intersecção entre leis humanas e divinas, será necessário analisar uma outra fonte de onde emana esse questionamento: o campo das igrejas evangélicas inclusivas.

Capítulo 3: O lugar das igrejas inclusivas do DF no conflito político/teológico brasileiro

Marginalizados/as pelo Estado, enxergados/as como o “outro” a ser evitado, negando suas identidades, vistos/as como “anormais”. Essa foi a situação dos/as LGBT’s durante séculos e não se pode afirmar com veemência que tais imposições tenham desaparecido na contemporaneidade. Contudo, é inegável que essas barreiras estão em processo de atenuação e transposição, haja vista as conquistas de direitos que, com muito esforço, têm sido angariadas nos últimos anos, como a decisão do judiciário brasileiro a favor da união civil de pessoas do mesmo sexo.

Obrigados/as a se esconderem ou viverem em “guetos”, os/as LGBT’s começaram a confrontar injustiças sociais a que foram submetidos/as junto com outras minorias também milenarmente oprimidas, como os negros e as mulheres, mobilizados/as em movimentos sociais que começaram a se erguer em meados dos anos 1960 e 70 (Musskopf, 2008). Dentro desse contexto, André Musskopf enfatiza as “Revoltas de Stonewall”, ocorridas em Nova York no final dos anos 60 e que representaram pela primeira vez a união da comunidade homossexual, até então, buscando se posicionar como cidadãos/ãs em busca de direitos e reafirmando suas identidades. Esse movimento de libertação encorajou o surgimento de uma nova teologia voltada para os gays, ao mesmo tempo em que surgiam outras teologias consideradas de cunho liberacionistas, no intuito de acolher as minorias marginalizadas, como a Teologia Feminista, a Teologia Negra norte-americana e até mesmo a já citada Teologia da Libertação.

As novas teologias e a reação das minorias como os/as LGBT’s impulsionaram a abertura e ampliação de novos campos religiosos, conforme os termos propostos por Pierre Bourdieu (2007). Neste caso, o das igrejas inclusivas, que se inseriram no mercado de bens simbólicos para descontentamento dos grupos que pregam a normativa dominante, como é o caso das igrejas evangélicas tradicionais²⁴. Enquanto proclamadoras de um novo sistema

²⁴ A exemplo de Raquel Moreira de Souza (2013), emprego o termo “cristãos tradicionais” me referindo aos membros de vertentes não inclusivas, uma vez que estas últimas advêm de um fenômeno recente ainda, em comparação com a história do Cristianismo. Logo, dentro do proposto neste trabalho, inserem-se na

simbólico dentro de um arcabouço teológico comum (o cristianismo), essas igrejas buscam afirmar sua legitimidade perante os grupos dominantes, produzindo uma nova interpretação ideológica, embasada em argumentos estudados por religiosos que defendem a Teologia Inclusiva.

Neste trabalho, tive a oportunidade de entrevistar dois pastores de igrejas inclusivas evangélicas, que são também teóricos nacionalmente respeitados nesse meio. Representantes de duas linhas distintas da inclusão, os pastores Alexandre Feitosa, da Comunidade Athos, e Marvel Souza, da Comunidade Cristã Incluídos Pela Graça, fazem parte de projetos que visam retirar os estigmas de pecado e perversão aplicados aos LGBT's. Ademais, junto com o casal de pastoras da Cidade de Refúgio, Aline Leão e Paloma Sene, forneceram interessantes reflexões sobre o contexto brasileiro atual em que se questionam as decisões estatais a respeito dos direitos dos LGBT's, obstruídos pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional, como desenvolvi no capítulo anterior.

Com diferentes perfis sócio-demográficos, apresento um pouco melhor meus/minhas interlocutores/as. O Pastor Alexandre Feitosa é graduado em língua portuguesa e literatura, com especialização em língua portuguesa, professor de língua portuguesa e literatura da rede pública do DF, além de escritor de livros sobre a teologia inclusiva. O pastor habita na Região Administrativa do Gama. A Pastora Paloma Sene tem o ensino médio completo, enquanto sua esposa, Aline Leão, é formada em Administração. Ambas residem em Águas Claras e, além do serviço quase integral dedicado à igreja, a Pastora Aline também faz parte de uma sociedade comercial em um salão de beleza. O Pastor Marvel reside em Taguatinga, mesmo local onde se encontra sua igreja, é teólogo e já integrou a Comunidade Athos, chegando a ser vice-pastor, mas se desvinculou devido a incompatibilidade de ideais. Também chegou a fazer parte da Cidade de Refúgio, mas resolveu fundar sua própria igreja mais tarde.

Doravante, examinarei outro ponto de vista também cristão e evangélico, a respeito de sexualidades e identidades de gênero que não seguem o padrão normativo da sociedade ocidental. Entrando em contato com os discursos dos representantes das denominações inclusivas do DF, tanto com base em suas produções teológicas como através das entrevistas

nomenclatura utilizada, sobretudo, os/as evangélicos/as protestantes e pentecostais, de acordo com a composição da Frente Parlamentar Evangélica.

realizadas com esses atores, apresento outra análise de temas atuais como constituição familiar e sexual; pedofilia; modo de atuação das igrejas; liberdade religiosa; e, particularmente, seu posicionamento político em relação ao Estado Laico brasileiro e à FPE.

3.1. Argumentos inclusivos que “libertam” os/as LGBT’s da condenação divina

O Pastor Alexandre Feitosa, pastor auxiliar da Comunidade Athos e primeiro entrevistado para este trabalho, é autor de diversos livros referentes à Teologia Inclusiva no Brasil. Em sua obra *Bíblia e Homossexualidade: verdades e mitos* (2017), defende a homossexualidade e a homoafetividade como sendo manifestações da alteridade humana, refutando o caráter antinatural que lhes foi imposto através de séculos de condenação e marginalização. O autor realiza uma distinção entre os dois termos mencionados, afirmando que a homoafetividade se refere aos relacionamentos estáveis entre pessoas do mesmo sexo, o que defende ser perfeitamente viável a despeito do senso comum que categoriza homossexuais como promíscuos; já a homossexualidade está voltada para a orientação sexual dos indivíduos. Ele explica também que esse entendimento de *orientação* sexual não significa que a pessoa é *orientada* a gostar de indivíduos do mesmo sexo, mas ao direcionamento de sua atração sexual.

Outro conceito abordado pelo Pastor é o de constituição sexual, que me pareceu bastante interessante dentro das discussões teóricas atuais a respeito da categoria gênero por incluir três aspectos primordiais: a) sexo biológico, b) orientação sexual e c) identidade de gênero²⁵. Desse modo, abarca também aquelas pessoas que diferem da identidade de gênero predominante (cis²⁶), como os/as transexuais e travestis, os/as quais, como salienta Feitosa

²⁵ Por um lado, a abrangência do término em questão é proveitosa no intuito deste estudo de não excluir ou hierarquizar categorias da sigla LGBT. Entretanto, é importante destacar que este deve ser usado com cautela pois acaba, por outro lado, circunscrevendo a noção de “gênero” ao âmbito sexual; indo de encontro a proposições de autoras como Judith Butler (2003), que visam desconstruir a dualidade sexo/gênero. Essa crítica é feita a fim de evitar a reprodução de pressupostos naturalistas e normativos de uma sociedade excludente que não inclui manifestações do gênero que não sigam uma ótica dualista, podendo ir muito além de uma mera dicotomização masculino/feminino.

²⁶ “Cis” se refere a “cisgêneros”. Este conceito, por sua vez, é explicado por Jacqueline Gomes de Jesus, em guia técnico encontrado na Internet: *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* (2012). Aqui,

em nota (p. 11), ainda são pouco contemplados/as por abordagens teológicas, assim como os/as bissexuais.

Ao pesquisar informações a respeito das três igrejas inclusivas de Brasília, é possível depreender que todas são guiadas pela premissa bíblica de que “Deus não faz acepção de pessoas”, como um dos argumentos mais fortes de que a Bíblia não condena a homossexualidade. Tanto o Pastor Alexandre como as Pastoras Aline e Paloma mencionaram este conceito nas entrevistas. Também, o Pastor da Comunidade Athos afirma que o dogma cristão no geral é inclusivo, de acordo com as ações que teriam sido exercidas por Jesus Cristo na época em que viveu na Terra. Portanto, a partir dessa compreensão, a Teologia Inclusiva rejeita o caráter antinatural das formas de sexualidade divergentes da heteronormatividade, transmitindo a ideia de que estas fazem parte da criação divina como parte da diversidade humana (Feitosa, 2016).

Em entrevista, o Pastor Alexandre me informou a respeito de um projeto de Bíblia inclusiva, que está sendo elaborada por ele utilizando uma Bíblia protestante e inserindo comentários que desconstróem os versículos que condenam as expressões de identidade dos LGBT’s, também chamados “textos de terror” (McNeil, 1976, apud Musskopf, 2013). Nesse projeto, o Pastor afirmou não retirar, inserir, nem modificar passagens bíblicas; somente agregando comentários e notas explicativas que direcionem o entendimento das narrativas conforme o contexto social da época. O que evita, desse modo, um agravamento do sentimento de culpa e rejeição às próprias identidades contidos entre os/as leitores/as LGBT’s que interpretariam tais passagens de maneira literal. Outrossim, ele explicou a aplicação de três eixos temáticos na confecção dessa nova Bíblia, que seriam [1] a apologética²⁷, que segundo o escritor, é a parte da teologia voltada para a legitimação da fé cristã inclusiva, pautada nos próprios preceitos bíblicos; [2] a afirmação, que tem por objetivo reafirmar a identidade dos/as cristãos/ãs LGBT’s sem precisar ocultá-la, salientando seu valor enquanto filhos/as de Deus e cuidando da autoestima daqueles/as que muitas vezes chegam à igreja

a autora define o termo como: “Conceito “guarda-chuva” que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.” (p. 14).

²⁷ Marília de Camargo César (2013) define a apologética em um sentido mais geral (não necessariamente inclusivo) como “a defesa da fé contra as heresias” (p. 70). Musskopf (2013), por sua vez, cita J. Michael Clark (1987) e sua crítica à apologética de uma tradição teológica gay que seria “centrada na discussão de textos bíblicos, não crítica mas assimilacionista” (p. 138).

desamparados e machucados por uma sociedade impiedosa com as minorias sexuais; e, por fim, [3] a inclusão, ratificando o caráter substancialmente inclusivo da Bíblia, segundo Alexandre.

Uma das maiores contribuições da Teologia Inclusiva é a releitura de passagens bíblicas a partir de um método histórico-crítico. Este consiste em interpretar as narrativas retiradas do livro sagrado cristão considerando o contexto sociopolítico da época em que foram escritas e as possíveis imprecisões linguísticas ocasionadas nos processos de tradução ocorridas com o tempo, não ignorando assim o distanciamento temporal e geográfico e adaptando os valores pregados naquele então às necessidades da sociedade contemporânea.

O Pastor Marvel Souza, líder religioso da IPEG, também relatou fazer parte de um projeto de Bíblia comentada semelhante ao descrito pelo Pastor Alexandre Feitosa. Por sua vez, chama a atenção o fato de que este projeto foi uma iniciativa tomada conjuntamente com a Sociedade Bíblica do Brasil - SBB. O pastor, comentarista bíblico, me contou que, em 2012, foi a primeira pessoa física a assinar um contrato com essa organização. No entanto, o projeto adquiriu enorme visibilidade na mídia, tendo sido inclusive alardeado pela revista *Veja*, suscitando polêmica e protestos contundentes entre os setores religiosos mais tradicionais e acarretando a rescisão do contrato. Ainda assim, o pastor Marvel levou a ideia adiante de maneira independente.

Valendo-se do método de interpretação histórico-crítico, Feitosa (2017) busca desconstruir o ideário de normalidade concedido exclusivamente às relações heterossexuais, pautado no relato bíblico encontrado em Gênesis, o primeiro livro da Bíblia, a respeito da criação de Adão e Eva. De acordo com o autor, esta passagem seria um dos fundamentos utilizados pelos cristãos tradicionais para sustentar que o fato do Deus cristão ter criado um homem e uma mulher como primeiro casal pauta essa configuração sexual e afetiva como a idealizada e, portanto, a única passível de aceitação divina.

Para refutar essa concepção, primeiramente o autor explicita que a geração divina do primeiro homem e da primeira mulher diz respeito unicamente ao sexo biológico, o que não se estende à pluralidade de distintas constituições sexuais, por ser apenas um dos aspectos destas últimas como foi mencionado anteriormente. Ademais, problematiza a noção de que este tipo de relacionamento é o único que deve ser considerado natural, considerando-se a

importância conferida ao sexo como meio de reprodução na sociedade hebreia, já discutida neste trabalho no capítulo precedente. Para isso, o estudioso contra-argumenta dando outros exemplos de relações que não são aptas para a geração, como os casais estéreis, e que não são condenados com tanto fervor a exemplo dos/as homoafetivos/as. Assim, rejeita a aplicação literal desse relato da criação de Deus para todas as pessoas, não podendo ser considerado um manual de normas, haja vista as variações desse modelo considerado original.

Além disso, Feitosa também explica que a Bíblia não abrangeu as relações homoafetivas, uma vez que sua constituição como se pode observar na atualidade não existia na época em que foi elaborada. Em uma sociedade estabelecida dentro de um território pequeno, com poucas possibilidades de prosperidade e atacada constantemente por invasores, o matrimônio para fins de procriação e a valorização de filhos do sexo masculino que, quando adultos, se tornariam guerreiros para defender seu povo dos inimigos, era tido como regra a ser seguida com rigorosidade, não permitindo espaço para outros tipos de vínculos entre seus/suas cidadãos/ãs. Consequentemente, a análise do contexto da época remete a uma sociedade androcêntrica e heterossexista (Feitosa, 2017). O autor explica que “embora a orientação homossexual seja tão antiga quanto a humanidade, a homoafetividade é um conceito social, histórica e antropológicamente recente e, consequentemente, desconhecido pela sociedade judaica das eras bíblicas” (p. 17).

Observando esse desconhecimento das relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, também devo ressaltar a análise realizada por Feitosa sobre a visão hebreia da homossexualidade dentro de quadros específicos, como o da prostituição cultural a outros deuses considerados falsos pela doutrina cristã; e também seu uso violento como imposição simbólica de poder, dentro dos termos de Bourdieu (1999). O autor define a sexualidade para os homens como uma forma de dominação e conquista do indivíduo considerado mais fraco, o qual, em uma sociedade patriarcal e de valorização masculina, o ato da penetração é de função do homem, e aquele/a submetido/a a esse ato, desempenharia o papel de feminizado/a, isto é, subjugado/a.

Segundo o teólogo, esse foi o caso ocorrido na narrativa de Sodoma e, mais do que as relações homossexuais em si, o pecado dos sodomitas teria sido a falta de hospitalidade

engendrada por um afã de exercer poder sobre os anjos que visitaram o personagem bíblico Ló. Como visto no capítulo anterior, o relato da destruição das cidades de Sodoma e Gomorra, cujo gentílico da primeira, *sodomitas*, foi utilizado para rotular os homossexuais de maneira pejorativa, corroborou para um histórico de condenação a estas pessoas. Isso se deve à crença de que o principal pecado cometido pelos sodomitas da história teria sido a homossexualidade predominante em sua sociedade; pensamento que, de acordo com Feitosa (2017), foi influenciado pelos também já citados filósofos Santo Agostinho e, posteriormente, São Tomás de Aquino. Feitosa afirma, baseando-se em escritos de historiadores da Antiguidade como Flávio Josefo (37 d.C. – 100 d.C.) e outros comentários bíblicos, que a hospitalidade era considerada uma lei sagrada para as culturas semíticas. Quando descobriram que Ló, homem temente ao Deus hebreu e habitante de Sodoma, estava recebendo em sua casa visitantes estrangeiros, os homens dessa cidade foram à sua casa com a intenção de violentar os forasteiros, motivados por xenofobia e a já mencionada imposição do poder mediante abuso sexual, ferindo o princípio da hospitalidade. Além disso, a desonra causada aos visitantes seria tão grande, que Ló teria oferecido suas filhas em troca para que os sodomitas as violassem, evidenciando assim o androcentrismo daquela sociedade, com a supervalorização da virilidade masculina, sendo o abuso sexual imposto a um homem mais humilhante do que a uma mulher, considerada inferior. Portanto, o que prevaleceria neste caso seria uma situação de violência, descartando assim o entendimento atual de homossexualidade.

Ainda, dentro das referências²⁸ mostradas por Feitosa para desconstruir o mito de Sodoma, se encontra um versículo que destaca a prostituição sagrada, prática comum nessa e em outras cidades cananeias. Esta e outros ritos pagãos de adoração a outros deuses e que destoavam da estrutura simbólica cristã, também teriam originado rígidas normativas que foram perpetuadas nos escritos bíblicos. Entre elas, vê-se a que é utilizada ainda hoje para a condenação de travestis e transexuais pelos cristãos tradicionais (Feitosa, 2016), situada em Deuteronômio 22.5: “Não haverá traje de homem na mulher, e nem vestirá o homem roupa de mulher; porque, qualquer que faz isto, abominação é ao Senhor teu Deus”. Conforme assinalação de Feitosa (2016), é preciso recorrer ao método histórico-crítico para apreender

²⁸ O Livro dos Jubileus, também chamado de Pequeno Gênesis. Ver mais sobre em Feitosa, 2017, p. 41.

as razões deste mandamento, pois, na época em que foi determinado, eram comuns os rituais pagãos em que pessoas de ambos sexos trajavam vestimentas do sexo oposto. Para esclarecer a gravidade da percepção dos hebreus dessas práticas, Feitosa remete aos dias atuais, em que, como visto no capítulo anterior, ainda é considerada escandalosa a transgressão das identidades de gênero normativas. Portanto, naquele contexto de milênios atrás, a divisão dos gêneros deveria ser estritamente delimitada. Recorro às palavras do próprio autor para explicitar essa constatação:

Caracterizada por uma visão androcêntrica de mundo, a organização social judaica, estruturada por uma rígida hierarquia do masculino e do feminino, não admitia nenhum tipo de trânsito nos papéis destinados a homens e mulheres. Por essa razão, as inversões de gênero eram vistas com tanta severidade na Antiga Israel. (Feitosa, 2016, p. 63)

Mais uma vez, se evidencia a natureza sexista daquele povo. As transgressões de gênero implicavam implicitamente uma mobilidade simbólica na hierarquia daquele povo, onde, a mulher considerada inferior, usurpava um posto mais alto nessa classificação que não lhe correspondia, enquanto o homem, visto como superior, se “rebaixaria” ao nível feminino. Me permitirei realizar um paralelo entre essa situação e os dias atuais, remetendo aos estudos de Welzer-Lang. De acordo com o sociólogo francês (2001), em uma sociedade pautada em relações de dominação masculina, a masculinidade é um símbolo de prestígio e superioridade e os homens que apresentam semelhanças com as mulheres estariam se “rebaixando” à categoria inferior a que estas estão sujeitas. Quando isto ocorre, sua própria identificação como homem é desacreditada:

É verdade que na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal (p. 465).

Retornando à minha afirmação anterior de distanciamento temporal e geográfico entre as sociedades hebreias de mais de mil anos e a sociedade brasileira atual, é possível enxergar a partir dessa análise que existem similaridades entre as duas, comuns a toda uma normatividade estabelecida através de séculos no Ocidente. Contudo, importa ressaltar que esta situação de desigualdade vem sendo desaprovada e combatida pelos movimentos sociais

como o das feministas e dos/as LGBT's, e até mesmo dentro da academia os argumentos biologizantes que respaldavam esse posicionamento foram refutados e se tornado obsoletos, mesmo que ainda postos em prática pelo senso comum.

3.2. As posições das igrejas inclusivas do DF quanto às polêmicas político-religiosas atuais

Em todas as três entrevistas que realizei, mencionou-se a questão da *cura gay*²⁹, de distintas formas, mesmo que o assunto não estivesse na pauta do meu roteiro de entrevistas (em anexo). Atentando-me a isto e, principalmente, à pertinência e atualidade do tema, haja vista a decisão do juiz do DF que autorizou tratamentos psicoterápicos de reorientação sexual, resolvi implementá-lo na minha análise e discorrer sobre os pontos de vista externalizados por meus/minhas interlocutores/as. O pastor Alexandre Feitosa foi o que mais se deteve sobre o assunto, ao explicar o eixo temático da *afirmação* em sua Bíblia inclusiva, criticando a deliberação por acreditar que a causa do adoecimento de pessoas LGBT's é o preconceito a que são submetidos/as em uma sociedade heterossexista e homolesebitransfóbica:

Então essa famigerada “cura gay” que acontece... que tá tão na mídia atualmente... na verdade qual é a cura que nós acreditamos? É a cura da depressão, é a cura da baixa autoestima, é a cura de feridas da alma que foram impressas por uma sociedade que é hipócrita, que é heteronormativa, heterocêntrica e que exclui e discrimina aquelas pessoas que não estão dentro desse padrão. Então na verdade nós acreditamos que a verdadeira doença é exatamente essa, porque essa ideologia que é muito propagada pelo cristianismo, pelas igrejas cristãs mais conservadoras, é isso que tem adoecido as pessoas LGBT (Pastor Alexandre Feitosa).

A partir do que foi apreendido na teoria do pastor Alexandre, não há razão para curar a homo/bissexualidade, a transgeneridade ou a travestilidade, pois estas fariam parte da criação de Deus. As pastoras Aline e Paloma também se reportaram ao sofrimento dos membros LGBT's que chegam em sua igreja após serem sujeitados a episódios agressivos de

²⁹ A “cura gay” faz referência às diversas tentativas que tencionaram sustar a disposição do CFP de proibir psicólogos de oferecer tratamentos de reversão da homossexualidade, ou, melhor dito, conversão em heterossexualidade. Entre eles, é possível citar o PL nº 4931/2016, conhecido justamente como “PL da cura gay”, apresentado pelo deputado Ezequiel Teixeira (PTN-RJ).

discriminação e exclusão em suas congregações religiosas anteriores e até mesmo em suas famílias, o que lhes causa intensos sofrimentos emocionais. Consequentemente, as pastoras sentem que a função da igreja é de acolher estas pessoas e empreender um processo de cura de suas emoções, e não de sua orientação sexual. O Pastor Marvel, por seu turno, se refere ao que acredita ser uma visão limitada dos/as evangélicos/as tradicionais que acreditam na reversão da homossexualidade, não se dispondo a outras visões divergentes daquilo que é pregado por suas doutrinas. Ele fala de uma “desintoxicação doutrinária” que é feita aos novos membros que chegam em sua igreja repletos/as de pressupostos de moralidade fundamentalistas e de rejeição a si mesmos/as, derivados das igrejas anteriores das quais fizeram parte.

Essa linha de pensamento manifestada nas três entrevistas, vai ao encontro da investigação empreendida pela jornalista Marília de Camargo César (2013), na qual apresentou diversos casos de homossexuais e sua relação com o cristianismo. Nesse trabalho, a autora evidenciou numerosas histórias de indivíduos que foram expulsos de suas comunidades por se assumirem gays; que imergiram no mundo da prostituição e adotaram comportamentos sexuais de risco por não terem melhor perspectiva de vida; e que buscaram reverter sua orientação sexual e o fizeram mediante tratamentos psicoterápicos e/ou religiosos. Uma das iniciativas apresentadas que tinha por objeto essa reorientação da sexualidade e, de certa forma, acolhimento religioso de indivíduos homossexuais, foi o Movimento pela Sexualidade Sadia (Moses), grupo vinculado à Associação Evangélica Maranata e à Igreja Missionária Evangélica Maranata, de viés neopentecostal (César, 2013). Entretanto, um dos indivíduos que passou pela experiência afirmou que a estratégia do grupo era “muito prejudicial, por promover a despersonalização e a internalização da culpa” (p. 72). Em suma, a autora concluiu a partir de sua amostra que os indivíduos estudados não conseguiram reorientar sua sexualidade, tendo no máximo se tornado celibatários ou então convivido com transtornos psicológicos, como a depressão, decorrentes da negação de sua sexualidade. Na mesma direção, Musskopf (2013) também busca explicar essa tendência, apontando trabalhos teológicos autobiográficos, onde:

Uma das principais características destas obras é a ênfase nas dificuldades que o sistema patriarcal heterocêntrico impõe aos homens gays na construção de sua identidade, causando sofrimentos e levando a determinados comportamentos

eticamente “des-recomendáveis”, como as relações com múltiplos parceiros sexuais (p. 137)

Abordei também, no capítulo precedente, a noção de que a família é a instituição cuja defesa é empreendida de maneira mais ferrenha pelos setores tradicionalistas da sociedade brasileira. Devido ao seu caráter quase sagrado, os/as parlamentares evangélicos/as produzem um pânico moral avassalador na população quanto ao suposto combate LGBT à família tradicional. Essa ideia é veementemente desmentida pela totalidade das igrejas inclusivas do DF, que norteiam seus valores religiosos pela constituição de família monogâmica e a relação sexual praticada unicamente dentro de relacionamentos estáveis (Feitosa, 2011).

Conforme constatações retiradas do estudo de Fredson Carneiro (2016), o principal argumento daqueles/as que lutam para o reconhecimento de distintas configurações de família na atualidade para além da estabelecida a partir de uma união heterossexual, é sua formação a derivada de um núcleo afetivo, independentemente da *constituição sexual* de seus integrantes. No caso das lideranças das igrejas inclusivas, estas defendem a existência e visibilidade de suas famílias assim conformadas, visto que todos/as os/as que entrevistei eram casados/as com pessoas do mesmo sexo.

Em contrapartida, Carneiro constatou nos discursos de parlamentares da FPE que sua concepção de família ainda está voltada para os desígnios estipulados nos tempos do desenvolvimento da pastoral cristã da Igreja Católica; onde a necessidade de constituição familiar possuía fins exclusivamente reprodutivos, limitando a sexualidade a essa função e corroborando com o papel submisso da mulher no casamento.

Cientes do medo causado pela ameaça à família tradicional alardeado por membros da FPE, igrejas inclusivas de todo o país, entre elas a Comunidade Athos e a Cidade de Refúgio, se reuniram na capital federal e elaboraram uma carta (em anexo) destinada ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção DF (OAB-DF), Juliano Costa Couto, a fim de esclarecerem seus posicionamentos diante de variados temas como os que estão sendo abordados aqui. Um deles foi justamente a defesa da família; tanto a considerada tradicional, refutando assim o pensamento de que os LGBT’s querem acabar com dada instituição, como as outras disposições que não foram contempladas na instauração do Estatuto da Família. Fui primeiramente ciente da existência dessa carta em conversa

informal com a Pastora Paloma enquanto ainda realizava minha observação do campo, e, posteriormente, incluí essa questão em meu roteiro de entrevistas. Durante a entrevista, ao discorrer sobre a carta, as pastoras da Cidade de Refúgio defenderam o reconhecimento das famílias LGBT's e criticaram o Estatuto da Família, dentro do que já foi proposto aqui:

Ah, a gente se uniu esse tempo atrás, os pastores inclusivos de forma geral do país, se juntaram pra escrever e redigir uma carta que foi apresentada... (...) nós participamos disso, apoiamos esse pensamento, porque somos família né, então é uma luta que nós como igreja inclusiva... enfim, nós como igreja apoiamos esse pensamento; porque família não é só papai, mamãe, filhinhos e né... é tudo, tudo que é considerado... laço de amor é família. (Pastora Paloma Sene)

O Pastor Marvel, ainda que não tenha assinado a Carta junto com as outras duas representações das igrejas inclusivas de Brasília, aludiu durante a entrevista à diversidade da população brasileira e a problemas sociais como a alta taxa de mulheres que são abandonadas pelos pais de seus/suas filhos/as e devem cria-los/as sozinhas³⁰, e cuja composição familiar formada por elas e filhos/as acaba sendo invisibilizada em razão do entendimento estatal de Família como sendo formada por pai e mãe.

Outro assunto polêmico também convertido em “pânico moral” e, portanto, elencado na Carta, foi a associação arbitrária que se faz pautada pelo senso comum entre pedofilia e homossexualidade. Na carta, as igrejas evidenciam que:

O senso comum associa homossexualidade à pedofilia. No senso comum cristão, essa ideologia é ainda mais forte. Acreditamos e difundimos exatamente o que a pedofilia significa na jurisdição e nas ciências médicas do Brasil, respectivamente, crime e parafilia (patologia). Entendemos que a pedofilia é praticada tanto por heterossexuais como por homossexuais, não havendo qualquer relação entre orientação sexual e esta patologia, a não ser o gênero da atração. As estatísticas afirmam que mais de 70% dos casos de pedofilia são cometidos por homens heterossexuais, especialmente no ambiente familiar. Reafirmamos o que as leis brasileiras preconizam, defendendo a devida punição aos que praticarem este crime, bem como a qualquer tipo de abuso de ordem sexual. (CARTA ABERTA, 2016, p. 2)

O pluralismo religioso possibilitado após a Constituição de 1988 (Mariano, 2003) é altamente defendido pelas igrejas inclusivas, sendo a liberdade religiosa um dos pontos colocados na carta enviada à OAB-DF. Não obstante as únicas igrejas que a assinaram tenham sido a Comunidade Athos e a Cidade de Refúgio, absolutamente todos/as os/as entrevistados/as concordaram quanto ao apoio à conservação do Estado Laico brasileiro. Ao

³⁰ Em 2016, o Instituto Data Popular divulgou os resultados de uma pesquisa mostrando que, das 67 milhões de mães brasileiras, 31% são mães solteiras.

serem perguntadas se a legislação brasileira deveria ser aplicada de acordo à lei divina, as Pastoras da Cidade de Refúgio reforçaram sua opinião de que a religião não deveria se misturar de jeito nenhum com a política, e o pastor Alexandre afirmou que as igrejas não querem que suas crenças sejam impostas à população no geral. Assim, justificam também sua oposição à Frente Parlamentar Evangélica, sendo que eles/as consideram que estes não deveriam atuar no Congresso para defesa de seus conceitos morais de acordo com a religião.

Quando perguntei se deveria haver um representante das igrejas no Congresso, houve uma certa divergência entre as respostas dos/as entrevistados/as. Apesar do não envolvimento na política partidária, o pastor Alexandre defendeu a relação entre as igrejas inclusivas e a política, inclusive manifestando contundentemente a vontade de que houvessem representantes das igrejas inclusivas no Congresso, para angariar visibilidade à existência desse movimento (um ponto que foi recorrente durante a entrevista).

Já as Pastoras Aline e Paloma, por sua vez, discordaram do Pastor Alexandre nesse sentido, pois, como visto, acreditam que a religião não deve se misturar com a política, além de entenderem como desnecessária tal participação, considerando a já atuação de atores políticos que lutam pelas causas LGBT's. Ademais, as Pastoras enfatizaram que o grande propósito da Cidade de Refúgio é mais direcionado ao caráter religioso, de levar a palavra de Deus aos fiéis e auxiliá-los psicologicamente, uma vez que, como visto anteriormente, muitos/as chegam afetados/as emocionalmente por toda a carga de preconceitos e rejeição que sofrem durante a vida. Portanto, ainda que considerem importante a luta por direitos políticos, as pastoras preferem que a igreja não esteja atrelada a esses assuntos. Posição similar à do Pastor Marvel Souza, que inclusive relatou ter sido convidado para uma candidatura a deputado federal, devido à repercussão do seu projeto de Bíblia comentada que lhe trouxe muita visibilidade na mídia. No entanto, o Pastor recusou, aludindo a uma natureza oportunista da política, e reconheceu o distanciamento da IPEG em relação à política:

(...) "O cara tá na mídia aí, vamo pegar ele..." as pessoas têm essa ideia né? É só pegar e colocar ali, e a gente usa a imagem dele pra conseguir alguma coisa. Acontece que nós não temos uma visão política, enquanto igreja, mas temos a visão evangelística; que é divulgar o Evangelho e mostrar pras pessoas que há um lugar que as aceita. (Pastor Marvel Souza)

Este posicionamento reflete a própria identificação dessa denominação, que se considera uma igreja protestante tradicional, ao contrário das outras duas analisadas que se

aproximam mais das vertentes pentecostais. Até mesmo por estar vinculada à Igreja Metodista, de cunho protestante, a *Incluídos Pela Graça* acaba trazendo as características ascéticas dessa vertente histórica (Carneiro, 2016).

Em relação à opinião dos/as entrevistados/as sobre a Frente Parlamentar Evangélica, neste ponto foi onde as opiniões mais convergiram. Todos/as os/as pastores/as condenaram a atuação da bancada, afirmando veementemente não se sentirem representados/as por esses/as parlamentares, mesmo como evangélicos/as, e apontaram ser essa também a opinião da maioria dos/as seguidores/as de suas respectivas igrejas. Alegaram também que eles não obedecem aos ensinamentos de Jesus e que estão muito distantes do evangelho verdadeiro, sendo que as pastoras da Cidade de Refúgio inclusive se referiram a eles com os termos “hipócritas” e “fariseus e saduceus do século XXI”.

Ademais, para os/as pastores/as, os/as parlamentares da “Bancada Evangélica” não cumprem seu dever como representantes da sociedade e defensores dos direitos da população no geral, mas se atêm exclusivamente a interesses contrários à luta por direitos das minorias LGBT. Para o Pastor Marvel Souza, o posicionamento da FPE é absolutamente restrito a uma visão teológica, o que, segundo ele, demonstraria um claro despreparo para a atuação junto à política nacional, ainda mais tendo em vista toda a pluralidade religiosa em um país de proporções continentais, em suas palavras. É interessante ressaltar que todos os/as entrevistados/as aludiram à baixa atuação dos/as deputados/as evangélicos/as em decisões importantes de temas gerais e que afetam a população brasileira como um todo, como saúde, educação, segurança e, coincidentemente, tanto o Pastor Alexandre quanto a Pastora Aline Leão mencionaram igualmente a negligência da Bancada para com a questão dos direitos dos/as idosos/as. Com isso, os/as pastores/as buscaram evidenciar que a maior contribuição desses atores políticos é justamente atravancar a conquista de direitos da comunidade LGBT, mais do que realizar um bem para a população brasileira de maneira global.

Ao indagar qual lei deveria vir em primeiro lugar, se a lei humana ou a lei divina, obtive respostas relativamente evasivas dos/as primeiros/as entrevistados/as, inclusive sentindo a necessidade de repeti-la, mais tarde, ao pastor Alexandre. Todos/as os/as pastores/as consideraram que a jurisdição brasileira não desrespeita a lei divina, que ela está em conformidade com os preceitos de Deus. No entanto, o problema alegado foi a forma

como os atores políticos muitas vezes aplicam essa jurisdição e sua forma de atuação dentro das instituições. Da segunda vez que fiz a pergunta ao pastor Alexandre, este deu a entender que a lei divina era mais importante, por ser perfeita e porque teria vindo primeiro e influenciado de certa forma as jurisdições das sociedades ocidentais. Portanto, disse acreditar que, dado que a constituição brasileira já estaria em conformidade com a lei de Deus, o respeito à sua aplicação seria necessário para uma sociedade melhor. Também o Pastor Marvel remeteu à historicidade da Bíblia para explicar que a lei divina vem antes da lei humana, afirmando com segurança que os relatos bíblicos são anteriores até mesmo à escritura do Livro Sagrado, logo, teriam influenciado muitas das leis atuais. Contudo, reitera que estas não devem ser utilizadas para reger a legislação de um país. Além disso, o Pastor explicou que a lei principal que vigora no Novo Testamento é o amor, sentimento que, para ele, deve ser guia das ações dos indivíduos na vida quotidiana.

As pastoras Aline e Paloma proporcionaram opiniões interessantes a respeito desta questão. Disseram que, para elas, a lei de Deus deve vir acima de qualquer coisa. Não obstante, também indicaram o mandamento bíblico de que “é preciso respeitar toda autoridade constituída na terra”. Assim, afirmaram buscar agir sempre de acordo com a jurisdição brasileira, inclusive realizando cerimônias religiosas de casamento dos membros da igreja apenas após o casamento civil. Além disso, justificaram esse rigoroso cumprimento das leis humanas explicando que as leis de Deus não fazem parte de um regimento estrito, mas seriam princípios gerais e universais, como o amor ao próximo.

Outrossim, a pastora Aline apontou uma certa diferenciação entre as leis humanas e as leis de Deus e para isso tomou como exemplo uma questão social polêmica que contrapõe os mandamentos divinos e a elaboração de leis: o aborto. Aline disse que, como pastora, aconselharia os fiéis de sua igreja a não efetuarem um aborto, pois isto vai de encontro ao preceito cristão de respeito à vida. Contudo, a pastora se posiciona socialmente a favor, considerando todos os problemas sociais acarretados pela criminalização deste ato na conjuntura atual, haja vista a morte de mulheres devido a abortos clandestinos. A pastora Paloma, por sua vez, não se pronunciou mais explicitamente quanto a esta opinião de sua esposa, mas atribuiu a realização do aborto ao princípio bíblico do livre arbítrio, o qual defendeu. Quanto ao pastor Alexandre, este mencionou a pena de morte e se posicionou de

maneira contrária porque esta feriria o princípio divino de respeito à vida, já abordado anteriormente.

No tangente ao modelo de atuação das três igrejas e examinando o fato de a IPEG pertencer a uma linha diferente das outras duas, é possível efetuar considerações sobre o conceito debatido no capítulo anterior sobre a mercantilização das novas religiões evangélicas. Pude notar certo proselitismo entre as duas denominações que se assemelham mais às tendências pentecostais³¹, mas essas igrejas não usam os mesmos meios de propaganda que a grande maioria das congregações pentecostais, que valem-se da mídia para adquirir adeptos e propagar seus valores. Todas as igrejas entrevistadas participam da Parada do Orgulho LGBT de Brasília, distribuindo panfletos e divulgando suas denominações. Das três, a IPEG foi a que começou tal prática mais recentemente, no mesmo ano de realização deste trabalho.

A respeito das Paradas de Orgulho LGBT's do Distrito Federal, a principal, por ser mais antiga e reunir maior quantidade de pessoas, é a que tem lugar no Plano Piloto de Brasília. Organizada pela Associação da Parada do Orgulho LGBTs³² de Brasília, a 20ª edição do evento, realizada em 2017, teve como tema “Religião não se impõe. Cidadania se respeita”. Coincidentemente em concordância com o mote desta pesquisa, o evento objetivou manifestar a defesa da neutralidade religiosa do Estado no tocante a decisões que defendam os direitos da minoria LGBT, evidenciando a atualidade da questão sobre a conformidade do Brasil ao conceito de Estado Laico e a preocupação de diversos setores da sociedade³³ quanto ao uso da Bíblia por legisladores/as. Além disso, a pertinência do assunto encontrou ainda mais respaldo após resultados expostos por uma pesquisa efetivada pela Associação da Parada, a qual inquiriu a 372 cidadãos/ãs se estes/as sabiam a definição de Estado Laico. Os dados obtidos pela pesquisa, realizada em locais de grande movimentação do Distrito Federal e com pessoas de diferentes raça, idade, renda e níveis de instrução, demonstraram que 48,4%

³¹ Comunidade Athos e Cidade de Refúgio.

³² Segundo Alves e Grigori (2017), Brasília é o único lugar no Brasil cuja Parada do Orgulho inclui o “S” (de simpatizantes) à sigla LGBTs, a qual está sempre se atualizando de acordo com as reivindicações de visibilidade de diversas categorias de gênero que não são representadas. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/25/interna_cidadesdf,604733/parada-gay-espera-receber-50-mil-em-brasilia.shtml

³³ Principalmente as minorias: mulheres, negros/as e LGBT's.

dos/as entrevistados/as, isto é, menos da metade, escolheram a opção mais adequada ao termo³⁴.

Não obstante todas as reivindicações por direitos conclamadas durante a Parada, no dia subsequente à sua realização, a Câmara Legislativa do Distrito Federal derrubou a regulamentação da lei nº 2615/2000 (Lei anti-homofobia), que punia práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no DF e havia sido regimentada. O PDL (Projeto de Decreto Legislativo) nº 300/2017 (em anexo), que sustou os efeitos da lei em questão, justificou-se oficialmente recorrendo à proteção da família, que estaria “sofrendo com as rápidas mudanças ocorridas em sociedade, cabendo ao Poder Público enfrentar essa realidade, diante dos novos desafios vivenciados pelas famílias brasilienses” (CÂMARA LEGISLATIVA, 2017, p. 2).

O objetivo em comum da participação para ambas igrejas é a evangelização e propagação da “palavra de Deus” ao maior número possível de pessoas. O pastor Alexandre também indicou que um dos objetivos principais é a divulgação da existência em si das igrejas inclusivas, uma vez que ainda não seriam conhecidas por todos, e com isso a busca por visibilidade. Além disso, mencionou o caráter de celebração da ocasião, e que os membros da Athos também participam como maneira de manifestar sua identidade e o orgulho de serem quem são. Os/as pastores/as Aline, Paloma e Marvel, por sua vez, não fizeram referência a essa natureza da Parada, tendo a pastora Paloma inclusive criticado o fato de que o movimento teria perdido o foco político e social e “se transformado em uma festa”, opinião compartilhada pelo Pastor Marvel. Este último comparou o evento ao carnaval, queixando-se que após determinado momento, não seria mais possível dialogar com os participantes, que já estariam demasiadamente alcoolizados para se atentar a qualquer assunto. Por isso, apontou que para que a atuação de sua igreja na Parada seja viável, é necessário um planejamento, a fim de evitar essa circunstância.

³⁴ Considera-se que, dentre as alternativas propostas no estudo, a opção “Estado que tem posição neutra em relação a religiões” é a mais adequada ao entendimento de Estado Laico, a despeito das outras: “Estado que adota o cristianismo como religião principal” (16,1% dos entrevistados); “Estado que nega Deus” (6,2%); e Estado que persegue religiões (5,1%). 24,2% dos entrevistados não souberam ou não responderam. Dados disponíveis em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/no-dia-internacional-do-orgulho-lgbt-temos-o-que-comemorar/>

A exemplo do Pastor Marvel, as pastoras também se ativeram à finalidade da participação da igreja nas Paradas como oportunidade de propagar o Evangelho, o que se daria muitas vezes subindo no carro elétrico, e contaram que também existe um planejamento, visto que os membros sempre vão com uniforme da igreja e que este a cada ano é representado por uma cor diferente. Apesar de também criticar os “excessos” cometidos durante a Parada, o pastor Alexandre minimizou essa ocorrência destacando o caráter político e social do evento e chamou atenção para sua importância como meio de reivindicação de direitos para o público LGBT. Opinião que é compartilhada por todos/as os/as entrevistados/as, ainda que com suas ressalvas, por acharem que este propósito teria se perdido um pouco atualmente.

3.3. Elementos em comum entre os dois grupos estudados

Escolhi retomar alguns pontos não abordados no Capítulo 1, da minha entrevista com Patrick Thiago Bomfim, neste capítulo, uma vez que este, enquanto um dos/as precursores/as do movimento de igrejas evangélicas inclusivas no DF, teve contato tanto com algumas das atuais lideranças existentes, como o Pastor Alexandre Feitosa, quanto com integrantes de movimentos sociais dedicados à luta pelos direitos LGBT's. Considero que Bomfim seja um interlocutor relativamente mais distanciado do presente objeto de pesquisa, pois na atualidade não está mais relacionado com nenhum dos movimentos ou qualquer igreja inclusiva. Assim, pode fornecer perspectivas que não seriam apreendidas a partir das entrevistas com os/as próprios/as pastores/as das igrejas.

Patrick Bomfim descreveu dois elementos que afastavam, ao menos em sua época, a participação das igrejas inclusivas nos movimentos organizados em busca por direitos de cidadania. Em primeiro lugar, estaria presente certo caráter proselitista do discurso e da ação das igrejas, visando conquistar fiéis para suas denominações entre os/as LGBT's. O psicólogo relata que, durante as participações dos/as religiosos/as nas Paradas de Orgulho LGBT's, no momento em que estes/as eram convidados/as a subir nos trios elétricos para conversar com o público, suas falas eram frequentemente voltadas à religião, não fazendo

menção mais direta ao que estaria sendo demandado no momento político dessas manifestações. Lançando mão desse caráter proselitista, as denominações inclusivas acabam manifestando uma adaptação às dinâmicas do mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 2007) que, no seu caso específico, oferece bens de salvação à parcela de pessoas dentro do grupo marcado pela homossexualidade.

O pastor Alexandre, afirmou haver certa resistência ou até mesmo preconceito em relação às igrejas inclusivas por parte dos movimentos LGBT's. O pastor explica que isto se deve provavelmente a uma ideia errônea por parte dos movimentos de que, pelo fato de serem evangélicos, os membros das igrejas inclusivas teriam um posicionamento conservador e de imposição de sua crença religiosa, o que ele nega como um fato geral. Em particular, expressou ainda vontade de somar forças com os movimentos e afirmou que a Comunidade Athos incentiva a participação dos membros nessas manifestações sociais.

Patrick Bomfim explica que outro elemento de difícil compatibilização entre os movimentos sociais LGBT's e as congregações inclusivas é a existência da reprodução de aspectos conservadores em seus discursos, condizentes com os regimentos das igrejas evangélicas tradicionais. Mais especificamente, ele se refere à exigência de relacionamentos monogâmicos entre pessoas do mesmo sexo/gênero, para que possam ser aprovados por Deus. Haveria uma moralidade por parte das igrejas inclusivas que não considera as diferenças das realidades sociais dos/as LGBT's, distintas da normatividade e afetividade heterossexual.

Efetivamente, isto é constatável nos trabalhos de Feitosa, como por exemplo, em *O Prêmio do Amor* (2011), em que se observa uma regulamentação da sexualidade similar à que foi analisada no capítulo 2, existente desde a moral judaico-cristã: “a união estável monogâmica é a única possibilidade bíblica de vivenciar o sexo, seja hetero ou homossexual (...) por isso, o sexo fora dos relacionamentos estáveis constitui um pecado não contra Deus, mas contra o próprio corpo, templo e habitação do Seu Espírito” (p. 59). As pastoras Aline e Paloma me pareceram coadunar com este posicionamento, pelo que pude apreender em seus discursos, nas visitas que realizei à Cidade de Refúgio.

Considerações Finais

A redemocratização brasileira que ocorreu com o término da ditadura militar nos anos 1980, e a instauração da Constituição Federal de 1988, vigente até os dias atuais, marcou o início de diversas mudanças no seio da sociedade brasileira. A nova Carta Magna continha artigos que estipulavam a isenção do Estado de qualquer ligação com religiões específicas, além de defender as liberdades religiosas da pluralidade de seus/suas cidadãos/ãs.

Estas decisões se deram em decorrência da Assembleia Constituinte, estabelecida no ano anterior. Entre as parcelas da sociedade que se empenharam em ter voz na ocasião foram os/as evangélicos/as pentecostais, mobilizados/as perante o receio do Estado assumir a religião católica como oficial, já amplamente favorecida através de anos de história. Até então, estes grupos tinham se mantido alheios às deliberações políticas, por seguirem os preceitos de uma ascese que promulgava a felicidade e redenção em outro plano; um mundo regido diretamente por seu Deus cristão e distante das impurezas do mundo humano. A prática da política em si era tida como corrupta e maléfica. No entanto, diante de mudanças sociais tão notórias e da movimentação da Igreja Católica que sempre teve influências nas decisões estatais, os/as pentecostais abandonaram a obsoleta premissa de que “crente não se mete em política” para defender seus interesses na promulgação do novo regimento. Assim, surgiu a ideia corrente de que “irmão vota em irmão” e, por conseguinte, o estabelecimento da “bancada evangélica”, já no final da década de 1980.

Os pentecostais, principalmente da terceira fase denominada neopentecostalismo e cuja maior expoente é a Igreja Universal do Reino de Deus, valeram-se de sua capacidade de mobilização de massas por meios televisivos e de radiofonia, que estava se fortalecendo justamente nesse período, juntamente com outras transformações que acompanharam a ebulição política e social daquele momento. Refiro-me à modernização dos meios de comunicação os quais, naquele momento, já possuíam um alto alcance na população.

Primeiramente, as denominações seguidoras de uma Teologia da Prosperidade, que, radicalizando a noção de ascetismo intramundano, apregoava a busca pela felicidade neste plano; utilizaram esse expediente para angariar fiéis, através da aquisição de redes de rádio e

TV em território nacional. Logo, passaram a ambicionar também a conquista de eleitores/as a fim de incluir seus próprios representantes nas casas legislativas e executivas do país.

Em contrapartida, é interessante ressaltar outro contexto em que também se deram mudanças que contribuíram para um novo posicionamento de grupos sociais diante de dilemas sociais. Neste caso, anos antes da redemocratização, durante os anos 1960 e 1970, deflagraram-se diversos movimentos de minorias historicamente oprimidas, como as mulheres, os/as negros/as e os/as LGBT's. As revoltas de Stonewall em Nova York impeliram estes últimos a afirmarem suas identidades, em um contexto onde isso era considerado vergonhoso e obrigado a permanecer oculto. Além disso, o Estado contemporâneo apenas reconhece como grupo legítimo por demandas de recursos e reivindicações por postos de decisão na esfera pública aqueles grupos com capacidade de mobilização em número expressivo de pessoas e com particularidades frente aos direitos considerados universais.

A partir dessas ondas de liberalização, surgiram teologias produzidas dentro desses grupos visando dar-lhes visibilidade, reconhecimento em termos de legitimidade e permitir-lhes a profissão de sua fé. Após o aparecimento de teologias gay, lésbica e queer, a Teologia Inclusiva surgiu para legitimar a confluência entre ser LGBT e cristão/cristã, fundamentando as regras utilizadas por igrejas evangélicas para acolher pessoas que fazem parte dessa minoria.

Ambos os grupos analisados neste estudo, evangélicos/as e LGBT's, saídos/as de seus respectivos recolhimentos em momentos de efervescência política e social, passaram a lutar por suas bandeiras e demandarem seus respectivos lugares como cidadã/aos, buscando ter influência no Estado e assegurando seus direitos na esfera pública. Entretanto, os direitos reclamados pelos/as evangélicos/as pentecostais estão pautados em normativas bíblicas que foram estabelecidas há milênios, em sociedades cujas maiores aproximações com a brasileira atual é a reiteração da valorização de um padrão heterossexista e patriarcal, fazendo parte de tudo aquilo que é combatido pelo outro grupo, o dos/as LGBT's.

Dessa forma, criou-se um antagonismo entre os setores laicistas, nos termos de Mariano (2011), que defendem ferrenhamente a separação da religião e do Estado, e a dos/as parlamentares evangélicos/as, que apoiam-se em seu direito de expressão e liberdade

religiosa para aplicar leis à totalidade da população, apelando para valores que são caros para uma grande parcela da sociedade, como a defesa ferrenha da instituição familiar. Haja vista que sua desestabilização é fator de pânico na nossa sociedade fundada na estrutura patriarcal da hierarquia familiar.

Aproximando a discussão para meu objeto de estudo, constatei que as igrejas inclusivas, de modo geral, se consideram entre aqueles/as que defendem o cumprimento da laicidade do Estado, permitindo as liberdades religiosas e de valores que não são compartilhados pelos valores cristãos, essencialmente aqueles convencionais que vão de encontro ao que a Teologia Inclusiva preconiza. Principalmente dentro desse arcabouço, se posicionam de maneira contrária a todos os discursos dos atores da Frente Parlamentar Evangélica, criticando-os/as ferrenhamente e declarando não se sentirem representados/as por estes/as, e também não acreditando que estão no Congresso cumprindo os verdadeiros desígnios de Deus.

Por outro lado, as igrejas inclusivas não diferem da absoluta integralidade de pontos de vista proclamados por membros da FPE e porta-vozes dos movimentos pentecostais, o que seria impossível devido a que a maioria das denominações inclusivas se reconhece como fazendo parte dessa corrente. Retomando o conceito de mercado de bens simbólicos, a difusão de bens de salvação entre agentes do campo religioso suscita a moralização de práticas e representações religiosas, a fim de reforçar a identidade dos grupos que antagonizam dentro desse espaço. Isso é observado dentro das crenças de boa parte dos/as líderes religiosos/as das congregações evangélicas inclusivas, que acabam reproduzindo discursos muitas vezes considerados conservadores, não abarcando e compatibilizando-se com as realidades múltiplas da minoria social que visam acolher.

Referências Bibliográficas

ALVES, Ana Carolina, GRIGORI, Pedro. Parada LGBTs de Brasília espera receber 50 mil pessoas na Esplanada. **Correio Braziliense**, 25 jun. 2017. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/06/25/interna_cidadesdf,604733/parada-gay-espera-receber-50-mil-em-brasilia.shtml> Acesso em: 29 Nov. 2017.

ANTONIAZZI, Alberto. A Igreja Católica face à expansão do pentecostalismo (pra começo de conversa). In: ANTONIAZZI et al. **Nem Anjos nem Demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ATUALIZAÇÃO da bancada evangélica: DIAP identificou 74 deputados. **DIAP**. 2014. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/noticias/24534-bancada-evangelica-levantamento-preliminar-do-diap-identifica-43-deputados>>. Acesso em: 22 Nov. 2017.

BONFIM, Patrick Thiago dos Santos. **Discriminação e Preconceito: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Tentativa em vão. **Parou Tudo**, 1 abr. 2004. Disponível em: <<http://paroutudo.com/colunas/avulsas/060403.htm>> Acesso em: 29 Nov. 2017.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: **História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 7716, 05 de Janeiro de 1989. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm>. Acesso em: 16 Nov. 2017.

_____. Câmara. Projeto de Lei n. 5003/2001, 07 de Agosto de 2001. **Diário Oficial da União**. Disponível em:<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=31842>>. Acesso em: 16 Dez. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Judith_Butler-Problemas_de_genero.pdf> Acesso em: 15 Dez. 2017.

CARNEIRO, Fredson. **A Lucidez e o Absurdo: Conflitos entre o poder Teológico-Político e os Direitos Humanos LGBT na Câmara dos Deputados**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.

CÉSAR, Marília de Camargo. **Entre a cruz e o arco-íris: a complexa relação dos cristãos com a homoafetividade**. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2013.

CIDADE DE REFÚGIO BRASÍLIA. **Cidade de Refúgio**. Disponível em: <<http://cidadederefugio.com.br/brasil>> Acesso em: 22 Nov. 2017

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. 53 f. Monografia (Bacharelado em Estatística). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DUARTE, Tatiane dos Santos. **A participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo brasileiro**: ação política e (in)vocação religiosa. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 14, n. 17, p. 53-76, Jul./Dic. 2012.

EVANGÉLICOS crescem no Congresso; PSC tem mais representantes. **DIAP**. 6 out. 2010. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/14637-evangelicos-crescem-no-congresso-psc-tem-mais-representantes>>. Acesso em: 22 Nov. 2017.

FEITOSA, Alexandre. **Bíblia e Homossexualidade**: verdades e mitos. Brasília: Oásis Editoa, 2017.

_____. **O Prêmio do Amor**. Brasília: Ed. do autor, 2011.

_____. **Teologia Inclusiva**. Brasília: Oásis Editora, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade** vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRESTON, Paul. **Protestantes e Política no Brasil**: da Constituinte ao Impeachment. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GOMES, E.; NATIVIDADE, M.; MENEZES, R.A. **Proposições de leis e valores religiosos**: controvérsias no espaço público. In: DUARTE et al. *Valores Religiosos e Legislação no Brasil: A tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 15-44.

HAJE, Lara; ARAÚJO, Newton (ed). Câmara aprova Estatuto da Família formada a partir da união de homem e mulher. **Câmara dos Deputados**. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/497879->

CAMARA-APROVA-ESTATUTO-DA-FAMILIA-FORMADA-A-PARTIR-DA-UNIAO-DE-HOMEM-E-MULHER.html>. Acesso em: 23 Nov. 2017

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

LOPES, Noemi Araújo. **A Frente Parlamentar Evangélica e sua atuação na Câmara dos Deputados**. 2013. 111 f. Monografia (Bacharel em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LUIZ, Gabriel. 'Deus combina com qualquer um', diz pastora de igreja que acolhe LGBTs. **G1**, Brasília, 10 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/07/sob-criticas-igrejas-inclusivas-do-df-acolhem-lgbts-excluidos.html>> Acesso em: 22 Nov. 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Sexualidade e Reprodução. In: _____. **Carismáticos e Pentecostais: Adesão religiosa na esfera familiar**. Campinas: Editora Autores Associados, 1996, p. 153-188.

MARIANO, Ricardo. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. **Revista de Estudos da Religião**. Dezembro, pp. 68-95, 2008.

_____. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** [online] 2003, 3 (junho). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74230106>> Acesso em: 18 Nov. 2017.

_____. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** [online] 2011, 11 (Maio-Agosto). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74220016005>> Acesso em: 18 Nov. 2017

MUSSKOPF, André Sidnei. **Via(da)gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil**. Tese de Doutorado. Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo, LOPES, Paulo Victor L. Os direitos das pessoas GLBT e as respostas religiosas: da parceria civil à criminalização da homofobia. In: DUARTE et al. **Valores Religiosos e Legislação no Brasil: A tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 71-99.

NATIVIDADE, Marcelo. **Uma homossexualidade santificada?**: Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 90-121, 2010.

NOVAES, Regina Reyes. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 60-81, março/maio, 2001.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Civitas - Revista de Ciências Sociais** [online] 2011, 11 (Maio-Agosto). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74220016004>> Acesso em: 24 Nov. 2017.

PICOLOTTO, Mariana Reinisch. O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações. **Revista Contraponto**, v. 3, n. 1 (2016).

PIMENTA, Paulo. Deus é Amor. **Revista GPS Brasília**, n. 17, p. 137-138, 29 ago. 2017. Disponível em: < https://issuu.com/gpsbrasil/docs/miolo_gps_brasilia_edicao_17baixa> Acesso em: 26 Nov. 2017.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo reino de Deus**: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1996.

RETAMERO, Márcio. **Pode a Bíblia incluir?** Por um olhar inclusivo sobre as Sagradas Escrituras. Rio de Janeiro: Metanoia, 2010.

RODRIGUES, Eduardo Lima. **Igrejas Evangélicas Inclusivas das cidades de São Paulo e Guarulhos**: um estudo psicopolítico das igrejas vistas por seus pastores. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

SANTOS, Rodrigo, SAMPAIO, Thiago. Análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica no Brasil (2011-2015). **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 6, n. 2, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica, 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SOUZA, Raquel Moreira de. **A salvação da homossexualidade**: reflexões sobre uma comunidade inclusiva cristã. 2013. 71 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

_____. **Teologia inclusiva, fé e militância**: a Igreja da Comunidade Metropolitana e algumas controvérsias na Sociologia da religião. 2015. 132 f. il. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOUZA, Sandra Duarte de. **Política religiosa e religião política**: os evangélicos e o uso político do sexo. *Estudos de Religião*, v. 27, n. 1, pp. 177-201, jan./jun. 2013.

TRINDADE, Welton. No Dia Internacional do Orgulho LGBT, temos o que comemorar. **Congresso em Foco**. 28 jun. 2017. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaio/no-dia-internacional-do-orgulho-lgbt-temos-o-que-comemorar/>> Acesso em: 26 Nov. 2017.

VINUTO, Juliana. A Amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Companhia das Letras (online). 2004. Disponível em: http://lelivros.net/book/baixar-livro-a-etica-protestante-e-o-espirito-do-capitalismo-max-weber-em-pdf-mobi-e-epub/#tab-additional_information

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação feminina e homofobia.
Estudos Feministas, vol. 9, 2ª Ed. 2001.

ANEXO I

Roteiro de Entrevista para Patrick Thiago Bomfim

- 1- Você foi pastor da missão ICM de Brasília? Poderia nos falar mais sobre essa igreja? Como eram os cultos? Ela é uma representação no DF da Igreja da Comunidade Metropolitana?
- 2- Você chegou a frequentar outra(s) igreja(s) inclusiva(s) do DF? A Athos, por exemplo? Eram parecidas com a ICM?
- 3- Até quando você foi pastor da ICM? Sabe se ela ainda atua no DF, e se não, por que?
- 4- Você disse que fazia parte da militância antigamente. Como você conciliava a militância com a participação na igreja? Como era o diálogo entre os dois trabalhos?
- 5- Você disse no e-mail que “observava as reproduções dos vícios, violências e abusos religiosos-espirituais, agora por gays e lésbicas, outra ora massacrados pelos fundamentalismos religiosos”. Estava se referindo às igrejas inclusivas? Pode nos falar melhor sobre isso?

ANEXO II

Roteiro de entrevistas com pastores/as das igrejas inclusivas de Brasília

Este projeto busca compreender a atuação de igrejas inclusivas, que seguem uma teologia com ideias que vão de encontro ao que é defendido pela ampla maioria das igrejas evangélicas brasileiras, o que acarreta sua deslegitimação perante esse setor. Essa teologia, denominada inclusiva, foi criada para acolher as minorias LGBT que foram oprimidas pela moral religiosa cristã, mas que querem permanecer fieis a ela. Considerando a conformação da Bancada Evangélica do Congresso Nacional, cujos atores são exclusivamente integrantes de igrejas que se posicionam ferrenhamente contra qualquer projeto de lei que tencione garantir direitos para a população LGBT, isto pode gerar um paradoxo entre os integrantes das igrejas inclusivas. Esta entrevista tem por objetivo entender melhor esse paradoxo e verificar se os fieis das igrejas inclusivas se sentem representados politicamente por uma bancada que defende preceitos de sua religião, mas impossibilitando seus direitos.

As perguntas do primeiro item da entrevista, “Entendendo a igreja” pretendem explicitar as maneiras de atuação da igreja da qual a pessoa entrevistada é participante. No segundo item, “Relação entre a igreja estudada e movimentos sociais LGBT”, as perguntas buscarão avançar em um entendimento mais detalhado sobre a relação das igrejas com a sociedade e principalmente com a identificação identitária de seus membros dentro da comunidade LGBT; incluindo os movimentos sociais pois estes são fundamentais na conexão do grupo com as decisões políticas, principalmente no coração de onde estas últimas são tomadas e local da pesquisa, a capital federal do país. Finalmente, o terceiro item “Buscando a relação entre igreja inclusiva e política” entra diretamente na indagação: como conciliar as leis divinas, pilares da fé seguida pelos integrantes das igrejas analisadas; com a jurisdição brasileira? A partir disso, chega-se ao problema uma vez que a Bancada Evangélica procura conciliar justamente esses dois elementos, entrando em conflito, por um lado, com o sujeito da pesquisa.

Identificação do/a entrevistado/a:

Nome:

Igreja:

Grau de escolaridade:

Formação/Ocupação profissional:

Faixa etária:

Local de moradia e local da igreja:

Já se envolveu ou está ligado à política partidária?

Já se envolveu ou está envolvido com movimentos sociais LGBT?

Item 1 – Entendendo a igreja

1. O que significa exatamente, ou qual o seu entendimento, de uma “igreja inclusiva”?

2. A igreja da qual você faz parte, é uma igreja inclusiva? Por que?

Esta pergunta pode gerar divergências ou confusões. Caso isso ocorra, perguntar em que sentido a igreja à qual o(a) pastor(a) pertence se aproxima da definição dada anteriormente de "igreja inclusiva".

3. Qual o seu cargo, ou a sua atribuição, dentro dessa igreja?

4. Antes de fazer parte dessa igreja, você já havia feito parte de outra(s) igreja(s)? Se sim, quais?

5. (Caso a pergunta anterior seja afirmativa, e a resposta indique alguma igreja desconhecida para o entrevistador) Essa(s) igreja(s) era inclusiva(s)?

- Se sim: em que ela diferia da igreja atual?

6. Você faz parte de alguma categoria pertencente à sigla LGBT? (Essa pergunta é optativa, pois pode ser desnecessária caso o(a) entrevistado(a) assuma publicamente sua condição sexual.)
7. A saída da igreja anterior (caso a resposta da pergunta 5 seja negativa) deu-se por preconceito quanto à sua condição? (no caso de a resposta à pergunta anterior ser afirmativa)
8. Foi uma saída pacífica?
9. Você saberia me dizer qual a proporção de frequentadores LGBT da sua igreja? (A ideia aqui é saber se a igreja é exclusivamente frequentada por pessoas LGBT)
10. A sua igreja tem alguma ambição em específico? Por exemplo, pretende crescer e conquistar outros públicos além do LGBT, ou isso não é uma prioridade?

Item 2 – Relação entre a igreja estudada e movimentos sociais LGBT

11. Existem outras igrejas inclusivas em Brasília, não é mesmo? Você as conhece? (Se sim) quais? Cite pelo menos umas 2 ou 3, caso saiba de várias.
12. Existe alguma relação de colaboração entre essas outras igrejas e a sua? Ações conjuntas, reuniões, etc.?
13. Você ouviu falar sobre o projeto do pastor Alexandre Feitosa de elaborar uma Bíblia inclusiva? (Se sim, pedir mais detalhes)
14. Concorda com esse projeto?
15. A sua igreja participa da Parada do Orgulho LGBT em Brasília? (o objetivo é saber se tal igreja distribui folhetos e tenta divulgar a igreja)
16. (Se sim) qual o objetivo dessa participação? Como ela se dá?
17. Qual a sua opinião sobre esse movimento (Parada LGBT)?
18. Qual a sua opinião sobre movimentos no geral que visam propagar, defender ou lutar pelos direitos dos LGBT?

19. Você faz parte de algum?
20. A sua igreja está relacionada com algum desses movimentos? (Se sim) qual?
21. Como se dá essa relação?
22. Você acha que deveria (estar relacionada)?
23. Na sua opinião, as igrejas inclusivas de um modo geral deveriam agir como ambiente de reafirmação de direitos para os LGBT?
24. Os fiéis que aqui frequentam são ligados a movimentos políticos LGBT? Haveria algum posicionamento mais claro (contrário ou a favor dos movimentos? em relação a algum grupo de fiéis da igreja?

Item 3 – Buscando a relação entre igreja inclusiva e política

25. Você ouviu falar de uma iniciativa tomada por diversas igrejas inclusivas de Brasília, de enviar uma carta ao Congresso em protesto ao entendimento heteronormativo de família? (Se sim, pedir mais detalhes)
26. Acha que as igrejas deveriam tomar parte em assuntos políticos como esse?
27. Você acha que a legislação brasileira deveria ser aplicada seguindo preceitos de acordo à lei divina?
28. Qual lei vem em primeiro lugar, a lei divina ou a lei dos homens? Como se dá essa relação, para que seja viável?
29. Como agir quando a jurisdição do país contraria os preceitos bíblicos? Acha que deveria haver um representante das igrejas no Congresso, por exemplo?
30. Qual a sua opinião sobre a Bancada Evangélica do Congresso?

Este é um ponto essencial da entrevista e vai direto ao âmago do objeto estudado. Dependendo da resposta do(a) pastor(a), entra em cena uma discussão relacionada a outras respostas dadas anteriormente. Em teoria, os argumentos utilizados pela Bancada Evangélica afirmam que seus representantes estão defendendo os desígnios de Deus, visando aplicar à

legislação brasileira a moral religiosa, isto é, "a lei divina" que para eles é a maior de todas. Se a opinião do(a) entrevistado(a) for negativa, cabe pedir melhores elucidações sobre esse paradoxo: se a bancada evangélica luta pelo cumprimento da lei divina, ela não estaria agindo em prol do que é defendido pela religião cristã, portanto, religião do entrevistado? (É preciso tomar cuidado com essa pergunta. De preferência, não realizá-la explicitamente, uma vez que pode ocasionar um resultado enviesado).

32. Você acha importante a candidatura de um representante das igrejas inclusivas a um cargo político?

33. Como fiéis de sua igreja compreendem essas questões? O que lhe parece ser a opinião a respeito dos fiéis que aqui frequentam?

ANEXO III

Carta Aberta das Igrejas Inclusivas destinada à OAB-DF

CARTA ABERTA DE BRASÍLIA

Brasília, 18 de dezembro de 2016

Ao excelentíssimo presidente da OAB-DF, Juliano Costa Couto:

Como Igrejas cristãs Inclusivas, considerando a laicidade do Estado, a liberdade de expressão, a liberdade de consciência, de crença e o princípio da democracia, construímos a presente carta/manifesto. Em primeiro lugar, enfatizamos com veemência a isonomia e o cumprimento dos princípios constitucionais brasileiros. Ressaltamos, igualmente, que, embora sejamos parte da comunidade LGBT, não comungamos com todas as defesas de sua militância política, sobretudo aquelas que ferem o direito à vida.

Nós, Igrejas Inclusivas, somos denominações cristãs que acolhem toda a diversidade humana, dando ênfase aos segmentos historicamente excluídos pelas denominações cristãs convencionais.

O propósito desta carta/manifesto é apresentar nossa posição acerca de certos temas a fim de combater ideologias equivocadas disseminadas como verdades. Seguem os pontos defendidos:

1-ESTADO LAICO – As Igrejas Inclusivas abaixo subscritas defendem o que a Constituição Brasileira de 1988 preconiza acerca da laicidade do Estado. Defendemos que não deve haver qualquer interferência de ordem filosófica, doutrinária ou teológica, que reflita posicionamentos religiosos particulares. As Igrejas Inclusivas acreditam que a interferência de bancadas religiosas no Congresso Nacional tem ferido direitos constitucionais básicos (como o casamento igualitário e a garantia de proteção a segmentos vulneráveis da população, em especial, a comunidade LGBT), indo de encontro à dignidade humana, também defendida pela Constituição Federal de 1988. Cremos ser o Supremo Tribunal Federal guardião e intérprete da Constituição Federal, não cabendo às bancadas religiosas a imposição de crenças e convicções uniformemente a todos.

2-FAMÍLIA – Somos favoráveis à existência de todas as configurações familiares, inclusive a tradicional. Para as igrejas inclusivas, todas essas configurações devem ser reconhecidas legal e juridicamente, bem como protegidas por parte do Estado. Reafirmamos que não há nenhuma intenção ou promoção de ações contra a chamada família tradicional, com base na heteronormatividade (homem, mulher e filhos). Apenas buscamos isonomia, reconhecimento e direitos como o casamento, a adoção e os direitos reprodutivos das famílias homoparentais ou homoafetivas.

3-LIBERDADE RELIGIOSA – As Igrejas Inclusivas são denominações religiosas cristãs, das mais diversas matrizes (protestantes e evangélicas). As denominações abaixo assinadas defendem o diálogo interreligioso e que todas as pessoas são livres para exercer sua fé, seja ela qual for. Defendem, inclusive, o direito da não crença. Defendemos que todos são livres para não apenas exercer sua fé, mas de expressá-la publicamente, inclusive em seu discurso. Isso implica dizer que mesmo a pregação contrária à diversidade sexual deve ser respeitada como

direito garantido. Afirmamos não haver de nossa parte nenhuma intenção de impedir crenças contrárias à diversidade sexual, tampouco sua expressão, seja escrita ou falada.

4-PEDOFILIA – O senso comum associa homossexualidade à pedofilia. No senso comum cristão, essa ideologia é ainda mais forte. Acreditamos e difundimos exatamente o que a pedofilia significa na jurisdição e nas ciências médicas do Brasil, respectivamente, crime e parafilia (patologia). Entendemos que a pedofilia é praticada tanto por heterossexuais como por homossexuais, não havendo qualquer relação entre orientação sexual e esta patologia, a não ser o gênero da atração. As estatísticas afirmam que mais de 70% dos casos de pedofilia são cometidos por homens heterossexuais, especialmente no ambiente familiar. Reafirmamos o que as leis brasileiras preconizam, defendendo a devida punição aos que praticarem este crime, bem como a qualquer tipo de abuso de ordem sexual.

Cientes de que podemos contar com o seu apoio a fim de que esta carta/manifesto seja difundida, as igrejas, abaixo subscritas, agradecem pela preciosa atenção dada a este documento:

Comunidade Família Cristã Athos – Brasília – DF
Igreja da Renovação Inclusiva para a Salvação – Goiânia – GO
Igreja Apostólica Novo Templo – Guarulhos – SP
Igreja Apostólica Filhos da Luz – Fortaleza – CE
Ministério Inclusivo do Reino de Deus – São Luiz – MA
Igreja Todos Iguais – São Paulo – SP
Igreja Evangélica Arca de Sião – Rio de Janeiro – RJ
Comunidade Cristã Ministério Vida – Goiânia – GO
Ministério Inclusivo Gerados para Adorar – Osasco – SP
Igreja Cristã Águias do Avivamento – Ribeirão Preto – SP
Ministério Inclusivo Comunidade Kadosh – Bauru – SP
Arena Apostólica Church – Curitiba – PR
Igreja Conquista Plena – Goiânia – GO
Ministério Redenção Incluir em Cristo – Carapicuíba – SP
Fraternidade Amigos do Evangelho – Manaus – AM
Ministério Inclusivo Avivar – Manaus – AM
Comunidade Nova Vida – Vitória – ES
Comunidade Cristã Renascer – Goiânia – GO
Igreja Cristã Pentecostal Kairós – Recife -PE
Igreja Anglicana Renovação em Amor – Rio de Janeiro – RJ
Comunidade Cidade de Refúgio – São Paulo – SP
Igreja Evangélica Ministério Anunciando Salvação – Rio de Janeiro – RJ
Igreja Acolhidos por Cristo – Imbituba – SC
Comunidade Inclusiva Ágape – Joinville – SC

Comunidade Família Cristã Athos

SDS – Conic – Edifício Eldorado – Entrada B – Subsolo – Sala 5 – Asa Sul – Brasília

ANEXO IV

Projeto de Decreto Legislativo nº 300/2017



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



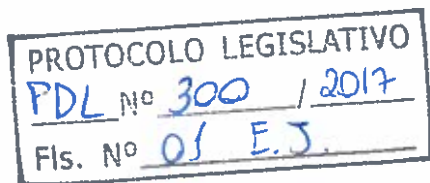
PDL 300 /2017

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º
(Dos Senhores Deputados DELMASSO, JULIO CESAR, BISPO RENATO
ANDRADE E OUTROS)**

L I D O
Em, 26/06/17

Secretaria Legislativa

Susta os efeitos do Decreto n.º 38.293, de 23 de junho de 2017, que "regulamenta a Lei n.º 2.615, de 26 de outubro de 2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no Distrito Federal, e dá outras providências" e outras providências.



A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do Decreto n.º 38.293, 23 de junho de 2017.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



A presente proposição tem por objetivo sustar os efeitos do decreto 38.292, de 23 de junho de 2017.

A família é considerada o primeiro grupo humano organizado num sistema social, funcionando como uma espécie unidade-base da sociedade. Daí porque devemos conferir grande importância à família e às mudanças que a têm alterado a sua estrutura no decorrer do tempo.

A família é um dos pilares de sustentação da sociedade. É no núcleo familiar que a criança vai aprender a conviver e a interagir com as demais pessoas.

Não é por outra razão que a Constituição Federal dispensa atenção especial à família, em seu art. 226 da Constituição Federal, ao estabelecer que a família é base da sociedade e deve ter especial proteção do Estado.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 7º - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



§ 8º - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Conquanto a própria carta magna tenha previsto que o Estado deve proteger a família, o fato é que não há políticas públicas efetivas voltadas especialmente à valorização da família e ao enfrentamento das questões complexas a que estão submetidas às famílias num contexto contemporâneo.

São diversas essas questões. Desde a grave epidemia das drogas, que dilacera os laços e a harmonia do ambiente familiar, à violência doméstica, à gravidez na adolescência, até mesmo à desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo.

A questão merece aprofundamento e, na minha opinião, disciplinamento legal. O Estado não pode fugir à sua responsabilidade e os legisladores têm tarefa central nessa discussão.

A família vem sofrendo com as rápidas mudanças ocorridas em sociedade, cabendo ao Poder Público enfrentar essa realidade, diante dos novos desafios vivenciados pelas famílias brasileiras.

É no grupo familiar que inicia o desenvolvimento psicológico, e também o primeiro contato com a sociedade. Cabe à família educar e preparar a criança para relacionar-se com os diferentes grupos sociais. A criança deve receber desde a primeira infância o suporte necessário para que possa entender a dinâmica de comunicação e interação junto à sociedade.

A relação da família sempre teve grande importância no desenvolvimento da sociedade. O núcleo familiar, pais e filhos, são responsáveis pela forma como veremos o mundo no futuro. Não podemos permitir que a influência da família na sociedade seja desvalorizada, ela é quem define nossos princípios, o que entendemos por certo e errado e, principalmente, como nos relacionaremos com os integrantes de outras famílias. É a partir da nossa casa que aprendemos como administrar os nossos sentimentos e tudo isso contribui completamente como será o comportamento da sociedade futuramente.

Entendemos que é obrigação do Estado, da sociedade e do Poder Público em todos os níveis assegurar à entidade familiar a efetivação do direito à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania e à convivência comunitária.

Com referência a legislar sobre a matéria, assim se manifesta a Lei Orgânica do Distrito Federal:

**"Art. 58. Cabe à Câmara Legislativa, com a sanção do Governador, não exigida está para o especificado no art. 60 desta Lei Orgânica, dispor sobre todas as matérias de competência do Distrito Federal, especialmente sobre:
(....)**

XVIII – proteção a infância, juventude e idosos".

Em tempo, registre-se que a presente proposição harmoniza-se com os ditames constitucionais, uma vez que se coaduna ao princípio da dignidade da pessoa humana, atendendo aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, ao buscar promover o bem de todos, sem preconceitos e ainda, que a referida



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



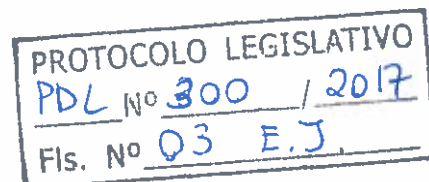
proposta está em consonância com o que preceitua a Lei Orgânica do Distrito Federal, quando estende às famílias pessoas com qualquer tipo de necessidade especial os direitos dispostos na Lei em alteração.

Por todo o exposto, considerando a relevância da matéria para população do Distrito Federal, conclamo os Nobres Pares desta Casa de Leis a votar favoravelmente a aprovação deste projeto de decreto legislativo.

Sala das sessões em,



Deputado DELMASSO - PODEMOS



Deputado AGACIEL MAIA - PR

Deputado BISPO RENATO ANDRADE – PR

Deputada CELINA LEÃO – PPS

Deputado CHICO LEITE – REDE

Deputado CHICO VIGILANTE – PT

Deputado CLÁUDIO ABRANTES – REDE

Deputado CRISTIANO ARAÚJO – PSD

Deputado JOE VALLE - PDT

Deputado JUAREZÃO – PSB

Deputado JÚLIO CÉSAR – PRB

Deputada LILIANE RORIZ - PTB

Deputado LIRA – PHS

Deputada LUZIA DE PAULA - PSB

Deputado PROF. ISRAEL – PV

Deputado PROF. REGINALDO VERAS - PDT

Deputado RAFAEL PRUDENTE – PMDB

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PPS

Deputado RICARDO VALE – PT

Deputado ROBÉRIO NEGREIROS - PSDB

Deputada SANDRA FARAJ – SD

Deputada TELMA RUFINO - PROS

Deputado WASNY DE ROURE - PT

Deputado WELLINGTON LUIZ - PMDB

Assunto: Distribuição do Projeto de Decreto Legislativo nº 300/17 que “regulamenta a Lei n.º 2.615, de 26 de outubro de 2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no Distrito Federal, e dá outras providências outras providências”.

Autoria: Deputados Delmasso (PODEMOS), Julio César (PRB), Bispo Renato Andrade (PR) e outros

Ao SPL para indexações, em seguida ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito na CDDHCEDP (RICL, art. 67, V, “e”) e admissibilidade na CCJ (RICL, art. 63, I).

Informo, ainda que, a proposição foi aprovado na Sessão Extraordinária no dia 26/06/17. Neste sentido solicito o encaminhamento do Projeto a esta Secretaria Legislativa para procedimentos processuais.

Em 27/06/17



MARCELO FREDERICO M. BASTOS
Matrícula 13.821
Assessor Legislativo

